



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

Curso de Ciências Econômicas

Integração Regional: Uma Análise do Comércio Internacional
Entre a Região Nordeste do Brasil e o Mercosul

Thales Chaves de Melo

Fortaleza, Março, 1999

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará - UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

<hr/>	Média
THALES CHAVES DE MELO	
Nome do Aluno	<hr/>

<hr/>	Nota
Prof.(a): ANA MARIA FONTENELE	
Prof. Orientador	<hr/>

<hr/>	Nota
Prof.(a): ANTÔNIO LUIZ ABREU DANTAS	
Membro da Banca Examinadora	<hr/>

<hr/>	Nota
Prof.(a): MARIA GORETTI SERPA BRAGA	
Membro da Banca Examinadora	<hr/>

Monografia aprovada em 10 de Março de 1999.

**Integração Regional: Uma Análise do Comércio Internacional
Entre a Região Nordeste do Brasil e o Mercosul**



Thales Chaves de Melo

Orientador: Ana Maria Fontenele

Monografia apresentada à
Faculdade de Economia,
Administração, Atuária e
Contabilidade, para obtenção do
grau de Bacharel em Economia.

**FORTALEZA - CE
1999**

Agradecimentos

A **Deus**, por todas as bênçãos que me deu ao longo da vida para que eu chegasse a este momento.

Aos meus pais, **Jocelin** e **Beuva**, que me incentivaram e proporcionaram uma boa educação.

À professora **Ana Maria**, por sua ajuda, paciência e compreensão para a realização deste trabalho.

Aos professores **Abreu** e **Goretti**, que além de contribuírem para minha formação me deram o prazer de fazer parte da banca examinadora.

À minha namorada **Ana Cristina**, que além de me incentivar para o término do trabalho, ajudou-me com a revisão final do mesmo.

E a todos que contribuíram de alguma forma para que eu pudesse concretizar este objetivo.

Resumo

Este trabalho tem como objetivos gerais analisar o comércio internacional entre a região Nordeste do Brasil e os países do Mercosul, bem como verificar se realmente o Nordeste brasileiro está integrado ao Mercosul. Para tanto, a análise foi baseada em indicadores de competitividade comercial, tais como: Grau de Abertura, Indicador de Contribuição do Saldo Comercial de Lafay, Indicador de Vantagens Comparativas de Balassa, Exportações e Importações do Nordeste e do Mercosul.

O Mercosul foi formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai com o intuito de melhorar a competitividade destes países perante um mercado competitivo e globalizado, já que durante décadas estes países permaneceram fechados ao mercado mundial.

Porém, para que os países do Mercosul melhorem sua competitividade no mercado mundial é necessário que eles superem as grandes disparidades econômicas e sociais dentro do próprio bloco. Além disto, torna-se necessário que todas as regiões dos países que formam o Mercosul, estejam realmente integradas ao bloco.

Com a própria consolidação do Mercosul, o Nordeste brasileiro vem ampliando o seu comércio internacional com os demais países do bloco, porém este comércio encontra-se bastante concentrado. Desta forma, precisa-se desconcentrar o comércio internacional entre o Nordeste e os países do Mercosul para que se amplie ainda mais a participação do Nordeste dentro do bloco, através principalmente do fomento àquelas atividades em que a região possui vantagens comparativas.

Com a criação do Mercosul, o Nordeste tornou-se “de direito” parte do bloco, porém apenas com o decorrer do tempo é que o Nordeste vem se tornando “de fato” parte do Mercosul, apesar de sua participação no comércio com os demais países do bloco ainda ser bastante pequena.

As principais conclusões verificadas no presente trabalho foram: primeiro, o comércio internacional entre o Nordeste e o Mercosul é bastante concentrado tanto em relação aos países, quanto aos produtos e aos estados. Segundo, mesmo sendo estreitas as relações comerciais entre o Nordeste e o Mercosul, estas vêm se ampliando com o decorrer do tempo, de maneira que o Nordeste está realmente integrando-se ao bloco econômico.



Lista de Tabelas

Tabela 1.1 – Evolução das Taxas de Crescimento dos Setores do PIB da América Latina	09
Tabela 1.2 – Evolução das Taxas de Crescimento do PIB Industrial	10
Tabela 1.3 – Exportações e Importações Industriais da América Latina e Caribe	11
Tabela 1.4 – Composição Industrial da América Latina	12
Tabela 1.5 – Produto Interno Bruto – 1996	17
Tabela 1.6 – Produto Interno Bruto per Capita – 1996	18
Tabela 1.7 – Dívida Total (US\$ milhões) – 1996	19
Tabela 1.8 – Dívida Total/PIB (%) – 1996	19
Tabela 1.9 – Balança Comercial (US\$ milhões) – 1996	19
Tabela 1.10 – Taxas de Inflação – 1996	20
Tabela 1.11 – Expectativa de Vida – 1995	21
Tabela 1.12 – Taxa de Analfabetismo – 1995	21
Tabela 1.13 – Índice de Desenvolvimento Humano – 1995	22
Tabela 1.14 – Grau de Abertura dos Países do Mercosul – 1996	23
Tabela 2.1 – Produto Interno Bruto – 1996	29
Tabela 2.2 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste (%)	29
Tabela 2.3 – Participação do PIB Setorial no PIB do Nordeste (%)	30
Tabela 2.4 – PIB per Capita do Nordeste e do Mercosul	30
Tabela 2.5 – Evolução da Expectativa de Vida do Nordeste e do Brasil	31
Tabela 2.6 – Evolução da Taxa de Analfabetismo do Nordeste e do Brasil (%)	31
Tabela 2.7 – Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e de suas Regiões – 1995	32
Tabela 2.8 – Exportação do Brasil e do Nordeste – 1990/1996	33
Tabela 2.9 – Exportação dos Estados do Nordeste – 1990/1996	34
Tabela 2.10 – Importação do Brasil e do Nordeste – 1990/1996	35
Tabela 2.11 – Importação dos Estados do Nordeste – 1990/1996	36
Tabela 2.12 – Saldo da Balança Comercial do Nordeste – 1990/1996	36
Tabela 2.13 – Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial do Nordeste	37
Tabela 2.14 – Indicador das Vantagens Comparativas Reveladas	38
Tabela 2.15 – Grau de Abertura da Região Nordeste – 1990-1996 (%)	40

Tabela 2.16 – Participação das Exportações e Importações do Nordeste no Brasil – 1990/1996	41
Tabela 3.1 – Países de Destino das Exportações do Nordeste (%)	43
Tabela 3.2 – Exportações do Nordeste para os Países do Mercosul	43
Tabela 3.3 – Exportações do Nordeste para os Países do Mercosul por Estado	44
Tabela 3.4 – Países de Origem das Importações do Nordeste (%)	45
Tabela 3.5 – Importações do Nordeste Provenientes dos Países do Mercosul	45
Tabela 3.6 – Importações do Nordeste Provenientes dos Países do Mercosul por Estado	46
Tabela 3.7 – Exportações Para o Mercosul Segundo Grupos de Produtos (%)	47
Tabela 3.8 – Importações Provenientes do Mercosul Segundo Grupos de Produtos (%)	48



Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 – Participação do PIB dos Países no PIB do Mercosul	18
Gráfico 1.2 – Exportações e Importações dos Países do Mercosul	20
Gráfico 1.3 – Grau de Abertura dos Países do Mercosul	23
Gráfico 2.1 – PIB do Nordeste e dos Países do Mercosul –1996	29
Gráfico 2.2 – IDH das Regiões Brasileiras – 1995	32
Gráfico 2.3 – Exportações do Brasil e do Nordeste	34
Gráfico 2.4 – Importações do Brasil e do Nordeste	35
Gráfico 2.5 – Grau de Abertura dos Estados do Nordeste – 1996	40

Sumário

Resumo	I
Lista de Tabelas	II
Lista de Gráficos	IV
Introdução	01
Capítulo 1 – A Integração Regional na América do Sul	04
1.1 – Introdução	04
1.2 – Globalização x Integração Regional: Fenômenos Contraditórios ou Complementares?	04
1.3 – Um Breve Histórico da Industrialização na América Latina	08
1.4 – O Mercado Comum do Sul	13
1.4.1 – Antecedentes da Integração	13
1.4.2 – Do Período de Transição ao Período de Afirmação	15
1.4.3 – Algumas Características dos Países do Mercosul	17
1.5 – Notas Conclusivas	22
Capítulo 2 – A Região Nordeste	25
2.1 – Introdução	25
2.2 – Um Breve Histórico da Formação Econômica do Nordeste	25
2.3 – O Nordeste em Números	28
2.4 – O Comércio Exterior do Nordeste	32
2.5 – Notas Conclusivas	39
Capítulo 3 – O Comércio Exterior entre o Nordeste e o Mercosul	42
3.1 – Introdução	42
3.2 – O Comércio Exterior do Nordeste por Estado	42
3.3 – O Comércio Exterior do Nordeste por Grupos de Produtos	46
3.4 – Notas Conclusivas	49
Conclusão	50
Bibliografia	53

Introdução

O fenômeno da integração regional é uma consequência direta do processo da globalização da economia mundial. A globalização deve ser vista como uma evolução da expansão capitalista que, apesar da adoção de políticas de expansão do comércio exterior por vários países após o final da 2ª Guerra Mundial, seguindo as idéias dos economistas clássicos do século XIX, intensificou-se principalmente a partir da década de 70 impulsionada pelo novo paradigma tecnológico, que se caracterizou basicamente pelo avanço nas inovações das tecnologias da informação, telecomunicações e transporte.

O que leva os países a integrarem-se em blocos econômicos? A resposta é bastante simples. Com a globalização os mercados tornam-se mais competitivos, de maneira que países vizinhos integram-se em blocos econômicos para se fortalecerem e poderem competir nesses mercados. É por isso que tanto os países desenvolvidos como os não desenvolvidos integram-se, formando os chamados blocos econômicos.

A idéia da integração regional na América Latina surge ainda na década de 50, sendo concretizada na década de 60 com a criação da Associação Latino Americana de Livre Comércio. Porém, o processo de integração fracassou basicamente devido ao processo de industrialização da América Latina, uma vez que os países da região adotaram a industrialização via substituição de importações. Esta política de industrialização tinha como princípio o fechamento das economias dos países para incentivar as indústrias internamente, o que se tornava contraditório à integração regional.

A economia brasileira apresentou um desenvolvimento semelhante aos demais países da América Latina. O Brasil iniciou seu processo de industrialização ainda na década de 30, adotando também o modelo de industrialização via substituições de importações. Com isto, manteve sua economia fechada até o final da década de 80, sob o argumento de proteger a “indústria nascente”. Porém, as crises que assolaram a região, impulsionaram a abertura de sua economia para o comércio internacional, principalmente no governo Collor (1990-1992) e Itamar (1992-1994).

Já o Nordeste brasileiro que durante séculos teve sua economia voltada para o setor externo, devido à produção da cana-de-açúcar e do algodão para exportação, permaneceu relativamente fechado neste século. Isto deu-se principalmente pela industrialização adotada para a região, que era voltada para o mercado interno, principalmente a região Sudeste. Porém com a implantação da Sudene e o surgimento dos incentivos fiscais, intensificaram-se os investimentos de capital produtivo para a reestruturação da indústria nordestina, de maneira que esta mantivesse uma relação de complementariedade da indústria brasileira, avançando em direção ao comércio internacional.



O esgotamento do modelo de substituição de importações a partir de meados da década de 70 e as crises econômicas da década de 80 aliados às sugestões do Consenso de Washington fizeram com que os países da América Latina passassem a adotar políticas neoliberais de maneira a promover a abertura de suas economias. Com isso, começam a surgir na região os acordos bilaterais entre os países para o comércio internacional. É neste contexto que a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, assinam em 1991 o Tratado de Assunção, com a finalidade de criarem o Mercosul no ano de 1994.

O grande questionamento que se faz a respeito da integração regional é com relação ao impacto que esta provoca dentro de cada país do bloco, isto é, saber se todas as regiões dos países integrantes do bloco estão realmente integradas ao mesmo.

Desta forma, o presente trabalho tem como propósito analisar o comércio internacional entre a região Nordeste e os países do Mercosul, a fim de verificar se o Nordeste está realmente integrado ao Mercosul.

No primeiro capítulo, trataremos da questão da integração regional da América do Sul, destacando basicamente o Mercosul, mostrando o seu processo de formação assim como o contexto no qual está inserido na América Latina.

No segundo capítulo, apresentaremos a formação econômica da região Nordeste, assim como os seus principais indicadores sócio-econômicos e o seu comércio exterior em geral.

No terceiro capítulo analisaremos o comércio exterior do Nordeste com o Mercosul, observando tanto as exportações como as importações por estado, por países de origem e destino e por produtos, verificando suas vantagens comparativas.

Ao final, apresentaremos as principais conclusões a respeito do trabalho, tentando principalmente responder se a região Nordeste está ou não integrada ao Mercosul.

Capítulo 1 – A Integração Regional da América do Sul

1.1 Introdução

O presente capítulo tem como propósito apresentar o Mercado Comum do Sul – Mercosul, descrevendo o seu processo de formação assim como o contexto no qual está inserido na América Latina. Para tanto torna-se necessário explicar a questão da globalização e da integração regional, já que esses fenômenos são responsáveis pela formação dos blocos econômicos.

No tópico 1.2 explicaremos o fenômeno da globalização, descrevendo o seu processo evolutivo. Trataremos também da questão da integração regional, mostrando se há ou não contradição com a globalização. Finalizaremos o tópico descrevendo os estágios da integração regional. A seguir, no tópico 1.3, apresentaremos um histórico da industrialização recente na América Latina, destacando o seu processo evolutivo a partir da década de 50, assim como a mudança da estrutura industrial da região. Já no tópico 1.4 trataremos do Mercosul em si, mostrando seus antecedentes, assim como os principais acordos para sua formação e sua situação nos dias atuais. Finalmente mostraremos os principais indicadores macroeconômicos e sociais de seus países membros. Ao final apresentaremos, no tópico 1.5, as principais conclusões do capítulo.

1.2 Globalização x Integração Regional: Fenômenos Contraditórios ou Complementares?

Nos últimos anos, vem crescendo no meio acadêmico o debate a respeito da globalização. Uma das mais importantes questões a respeito da globalização é saber se se trata de um fenômeno recente, nunca visto antes, ou se é apenas um estágio mais avançado da expansão capitalista.

Pode-se entender a globalização como sendo um fenômeno ocasionado pela expansão do processo produtivo, do fluxo de capitais (internacionalização do setor financeiro) e do fluxo de comércio internacional, devido às inovações tecnológicas ocorridas principalmente a partir da década de 70, intensificando desta forma uma interdependência entre as economias do mundo. Sendo resultante de um novo paradigma tecnológico, “a conjunção da tecnologia de

informação e telecomunicações, com a redução dos custos de transporte, que comprimiu o tempo e espaço de tal forma que deu um impulso definitivo ao fenômeno da globalização da economia mundial” (THORSTENSEN, 1994, p. 20), a globalização pode ser entendida como um fenômeno recente. Porém alguns autores não consideram a globalização como sendo um fenômeno recente, e sim um processo evolutivo do próprio capitalismo, *“um estágio mais avançado do processo histórico da internacionalização”* (COUTINHO, 1996, p. 220).

Singer (1997) mostra a globalização como sendo um *“resultado da superação de barreiras à circulação internacional de mercadorias e capitais”*, ou seja, a abertura dos mercados decorrentes dos avanços nos meios de transportes, na comunicação ou de mudanças institucionais.

No contexto histórico a “globalização”¹ pode ser analisada a partir do século XV e XVI, período das grandes navegações e dos grandes descobrimentos e de avanços nos meios de transporte, como é analisado tanto em Singer (1997) como em Bauman (1996).

É importante destacar que entre os séculos XVI e XVII vigorava na Europa a política mercantilista. Pela política mercantilista, uma nação teria que tirar uma maior vantagem para si em detrimento de outra nação através do comércio internacional. Isto ocorreria através da proteção do Estado nas atividades domésticas, mantendo baixos os níveis de importação e aumentando as exportações.

Em 1776, Adam Smith muda a visão do comércio mercantilista ao publicar *A Riqueza das Nações*. Smith combate a intervenção do Estado no comércio internacional através do Princípio das Vantagens Absolutas, pelo que se determinaria qual nação seria capaz de produzir ou não um produto com custos menores do que outras nações, gerando a possibilidade de trocas dos produtos entre as nações, ou seja, criando o comércio mundial.

¹ Utiliza-se a palavra *globalização*, em destaque, como equivalente a *internacionalização* (processo de transição de um sistema autárquico para uma economia aberta). No período referido, os países da Europa, expandiam seus territórios através da conquista de novas terras.

Um importante impulso para a abertura dos mercados de forma a integrá-los iniciou-se por volta de 1780 com a Revolução Industrial. Foi neste período que ocorreram enormes avanços tecnológicos melhorando os sistemas de transportes e comunicação².

No início do século XIX, David Ricardo desenvolve a Teoria das Vantagens Comparativas, pela qual cada região (país) deve se especializar na produção daqueles bens para os quais apresenta maiores vantagens comparativas naturais, ou seja, produzir aqueles bens nos quais tem maior eficiência relativa.

Não podemos dizer que no decorrer do período que vai do século XV até os dias de hoje, o processo de globalização esteve sempre em desenvolvimento. Houve períodos de grande expansão comercial (liberalização), assim como períodos de forte protecionismo, principalmente *“em períodos de conflagração bélica geral ou de grave crise econômica”* (SINGER, 1997, p. 553).

Durante o período entre as duas guerras mundiais ocorreu um forte protecionismo freiando o processo da globalização. Porém após o fim da 2ª Guerra Mundial, surgem condições favoráveis à expansão do comércio internacional, propiciada pela transnacionalização das empresas americanas nos anos 50 e 60, e das empresas européias nos anos 60 e 70 (COUTINHO, 1996, p. 221), bem como a desregulamentação dos mercados financeiros (BAUMAN, 1996, p.40). Este processo de internacionalização dos mercados tem se intensificado mais rapidamente, principalmente a partir da década de 70, proporcionado principalmente pelo novo paradigma tecnológico, gerado pelas inovações tecnológicas.

Ao mesmo tempo em que ocorre um grande avanço no processo da globalização, surge o fenômeno da integração regional³, através da formação de blocos econômicos ou de acordos entre países vizinhos. *“A integração regional surgiu como uma alternativa para a gestão da*

² Singer (1997) destaca o avanço tecnológico nas ferrovias, na navegação a vapor, no telégrafo e no telefone como propulsor a unificação dos mercados.

³ O processo de integração regional também é denominado de regionalização por diversos autores.

interdependência e de conflitos diante das dificuldades nas negociações multilaterais decorrentes do desgaste do GATT⁴” (THORSTENSEN, 1994, p. 37).

Uma questão que surge com o processo de integração regional é se ele não é contraditório ao processo da globalização. Com a globalização o mundo torna-se mais competitivo, desta forma os países tendem a se integrar em blocos econômicos para se resguardarem, aumentando assim sua competitividade.

Mesmo ocorrendo a integração regional em blocos econômicos, ela não se torna contraditória à globalização, pois os países continuam interagindo com o restante do mundo. *“A regionalização é uma globalização em miniatura. Cada processo de integração reproduz, num espaço mais restrito, mas com maior veemência, as principais características da globalização: multinacionalização do processo produtivo, diversificação e aceleração dos fluxos de capital, interpenetração das economias, convergência de valores e padrões culturais”* (LIMA FLORÊNCIO, 1996, p. 81).

O processo de integração regional passa por diferentes estágios, para que realmente sejam superadas todas as barreiras ao comércio internacional:

- O primeiro estágio é a Zona de Livre Comércio, caracterizada pela inexistência de barreiras tarifárias e não-tarifárias entre os países membros;
- O segundo estágio é a União Aduaneira, onde além de não haver as barreiras entre os países, ocorre a existência de uma Tarifa Externa Comum (TEC), para os países não membros;
- O terceiro estágio é o Mercado Comum, que além da União Aduaneira, prevê a livre circulação de serviços, mão-de-obra e capitais;
- O quarto estágio é a União Econômica e Monetária, caracterizada pela concretização do Mercado Comum, e da existência de políticas econômicas, comerciais e fiscais unificadas, além de uma moeda única;

⁴ O GATT (General Agreement on Tariffs and Trade) é um órgão criado a partir da assinatura de um acordo entre 23 países, com a finalidade da liberalização multilateral através da coordenação e supervisão das práticas comerciais. Em 1993, após a Rodada do Uruguai, o GATT foi substituído pela OMC (Organização Mundial do Comércio) contando com mais de 120 países.

- O último estágio é a União Política, a qual além da União Econômica e Monetária, exige a adoção de políticas comuns aos países membros.

1.3 Um Breve Histórico da Industrialização Recente na América Latina

A grande maioria dos países da América Latina apresentam uma história de desenvolvimento parecida. São países pobres onde há uma grande concentração de renda herdada ainda da era colonial (BAER, 1997). Muitos desses países foram governados por ditaduras militares, inclusive os que possuem as maiores economias da região (Argentina, Brasil, Chile, entre outras), além de terem enfrentado graves crises econômicas.

Até as primeiras décadas deste século, a economia da América Latina baseou-se na produção de bens primários para a exportação, isto é, baseou-se no modelo econômico primário-exportador. Porém, após o final da 2ª Guerra Mundial, a economia latino americana passou por diversas transformações. A maioria dos países da região iniciaram seus processos de industrialização, substituindo o velho modelo econômico primário-exportador pelo modelo de desenvolvimento por substituição de importações⁵. No caso do Brasil, o processo de industrialização teve início ainda na década de 30, financiado pelo Estado.

A tabela abaixo mostra que tanto o PIB total como os PIBs setoriais da América Latina, entre 1950 e 1974, apresentaram altas taxas de crescimento, destacando-se principalmente o setor energético. Este período ficou conhecido como a “idade de ouro” do modelo de desenvolvimento por substituição de importações.

⁵ O modelo por substituições de importações consiste em um país produzir aqueles bens que até então eram importados.

Tabela 1.1 – Evolução das Taxas de Crescimento dos Setores do PIB da América Latina

	1950-1974	1974-1980	1980-1990	1990-1994
Agricultura	3,5	3,7	2,2	2,4
Mineral	4,3	0,9	2,7	3,3
Indústria	6,7	4,3	0,4	3,2
Energia	9,1	8,8	5,1	4,5
Construção	5,1	5,9	-2,4	5,6
Comércio	5,9	6,0	0,2	3,7
Transporte	6,0	7,6	3,3	6,3
Serviços Financeiros	6,4	5,8	2,2	3,2
Serviços Sociais	6,2	5,8	2,2	1,5
PIB Total	5,5	5,1	1,2	3,6

Fonte: BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO (1997, p.17)

O PIB total da América Latina, no período que vai de 1974 até 1990, tem apresentado quedas em suas taxas de crescimento voltando a recuperar-se no início da década de 90. Vale destacar que o setor energético entre 1950 e 1994 sempre apresentou altas taxas de crescimento (obtendo as maiores da região), mesmo nos períodos de crise. O setor de transportes teve um comportamento semelhante ao setor energético. Observa-se também que as taxas de crescimento da agricultura vêm caindo sistematicamente neste período.

Com relação ao setor industrial no período de 1950 a 1974, devido ao sucesso do modelo por substituição de importações, este apresentou uma das melhores taxas de crescimento (ficando somente atrás do setor energético). A indústria obteve um desempenho superior ao setor agrícola que até pouco tempo atrás era o motor da economia latino americana.

Mesmo tendo crescido na segunda metade da década de 70, o setor industrial neste período começou a mostrar os reflexos do esgotamento do modelo por substituição de importações, agravado pelas crises do petróleo, apresentando uma desaceleração de sua taxa de crescimento em relação ao período anterior.

A situação da indústria agravou-se ainda mais na década de 80. A explosão dos juros internacionais, assim como as crises das dívidas externas dos países, fizeram com que a indústria permanecesse praticamente estagnada.

Somente no final da década de 80 é que o setor industrial dá sinais de recuperação apresentando uma expansão das taxas de crescimento. *“Es importante subrayar, sin embargo, que esta vez la expansión tuvo lugar sobre la base de una estructura productiva radicalmente modificada y un modelo de organización de la producción muy diferente del predominante en los años cincuenta y sesenta”* (BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO, 1997, p.21-22).

A tabela 1.2 nos mostra a evolução das taxas de crescimento industrial nos países da América Latina. No período de 1950 a 1974, apesar da indústria ter crescido em todos os países, destacaram-se a Costa Rica e o Brasil, ambos com crescimento em torno de 8,7%. No período seguinte (1974/80), como já foi discutido, ocorreu uma desaceleração do crescimento do setor nos países, sendo que na Argentina foi pior, pois ocorreu uma retração principalmente devido ao esgotamento de sua indústria manufatureira. Na década de 80, ocorreu uma retração na indústria da maioria dos países da região. O crescimento de alguns países (Costa Rica, Colômbia, Chile, México e Venezuela), mesmo tendo sido baixo, foi o responsável para que não tenha ocorrido a retração do PIB do setor. Na década de 90 a indústria voltou a crescer, destacando-se a da Argentina, com crescimento de 6,3%, já que nos dois períodos anteriores essa indústria sofrera um retrocesso. Apenas a indústria do Uruguai apresentou um retrocesso na década de 90.

Tabela 1.2 – Evolução das Taxas de Crescimento do PIB Industrial

	1950-1974	1974-1980	1980-1990	1990-1994
Argentina	4,9	-0,6	-1,4	6,9
Bolívia	3,7	3,4	-0,6	3,3
Brasil	8,7	6,7	-0,2	2,8
Chile	4,4	1,2	2,6	6,3
Colômbia	6,7	4,0	2,9	3,9
Costa Rica	8,7	5,5	3,8	5,7
Equador	6,2	10,2	-0,8	5,7
Guatemala	6,1	6,1	-0,1	2,8
México	7,4	6,2	2,0	2,3
Peru	7,0	1,8	-1,9	5,6
Uruguai	2,4	4,9	-1,0	-1,3
Venezuela	7,8	5,0	1,9	1,8
TOTAL	6,8	4,6	0,4	3,4

Fonte: BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO (1997, p.20)

Quando iniciaram-se as crises econômicas no final da década de 70 e principalmente no início da década de 80, o setor externo tornou-se a válvula de escape para a indústria dos



países da América Latina. As empresas redirecionaram sua produção para o mercado externo já que a demanda interna tornou-se menos dinâmica que a demanda externa. Iniciou-se neste período o estímulo às exportações a fim de diminuir o déficit comercial da região, “na América Latina, o ajuste defensivo à crise externa dos anos 80 resultou num amplo esforço de contenção das importações e de promoção das exportações” (MEDEIROS, 1997, p.328).

A tabela abaixo mostra que as políticas de promoção das exportações vêm obtendo bons resultados. As exportações entre 1974 e 1980 cresceram cerca de 117% passando de US\$ 19.262 milhões para US\$ 41.894 milhões. Já as políticas de contenção das importações não obtiveram o mesmo sucesso, já que as importações neste período cresceram mais que as exportações, alcançando o índice em torno de 136%, passando de US\$ 28.476 milhões para US\$ 67.284 milhões. Com isto o saldo da balança comercial de 1980 apresentou um déficit bem maior que o de 1974.

Tabela 1.3 – Exportações e Importações Industriais da América Latina e Caribe
(US\$ milhões)

	1974	1980	1990	1994
Exportações	19.262	41.894	70.407	123.442
Importações	28.476	67.284	70.758	163.315
Balança Comercial	-9.214	-25.390	-351	-39.873

Fonte: BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO (1997, p.21)

O redirecionamento do setor industrial para o mercado externo continuou trazendo bons resultados. Entre 1980 e 1990 as exportações cresceram num ritmo mais acelerado que as importações, já que as exportações cresceram 68% passando de US\$ 41.894 milhões em 1980 para US\$ 70.407 milhões em 1990 e as importações cresceram apenas 5% passando de US\$ 67.284 milhões em 1980 para US\$ 70.758 milhões em 1990. A balança comercial continuou apresentando déficit, apesar deste ter sido reduzido consideravelmente.

Já a partir de 1990 as exportações continuaram a crescer porém num ritmo inferior ao crescimento das importações, resultando no maior déficit dos períodos analisados. Esta expansão das importações foi resultado do “*fortalecimiento de la demanda interna y la revaluación de las monedas nacionales en vários países de la región*” (BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO, 1997, p.22).

É importante destacar que nos últimos anos ocorreu uma mudança na estrutura industrial da América Latina. Durante o auge do modelo por substituição de importações a indústria metal-mecânica foi uma das mais importantes da região. Porém, quando o modelo por substituição de importações começou a se esgotar, houve um redirecionamento da indústria metal-mecânica para a indústria processadora de recursos naturais. A tabela abaixo mostra a composição industrial das quatro maiores economias da América Latina.

Tabela 1.4 – Composição Industrial da América Latina

	Argentina			Brasil			Chile			México		
	1974	1980	1994	1974	1980	1994	1974	1980	1994	1974	1980	1994
I	17,1	14,3	17,6	23,3	22,9	23,6	14,0	10,2	10,2	13,3	12,3	13,9
II	10,5	8,5	13,5	7,7	7,0	8,7	6,9	2,3	2,3	6,0	9,5	10,8
III	20,3	24,3	21,0	14,6	15,2	14,9	26,0	33,8	36,6	29,9	25,8	25,7
IV	16,1	22,4	16,6	22,3	24,4	25,8	24,9	21,5	19,3	18,3	21,0	20,8
V	36,0	30,5	31,4	32,1	30,5	27,0	28,2	32,2	31,5	32,5	31,4	28,8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO (1997, p.24)

I – Metal-mecânico

II – Equipamento de Transportes

III – Alimentos, Bebidas e Fumo

IV – Produtos Básicos Industrializados

V – Indústrias Tradicionais

Durante as décadas de 50, 60 e início da década de 70 as empresas do setor metal-mecânico conseguiram desenvolver-se através do processo de “engenharia reversa”. Em 1974 o setor metal-mecânico representava 23,3% da indústria do Brasil, 17,1% da indústria da Argentina, 14% da indústria do Chile e 13,3% da indústria do México.

A participação do setor metal-mecânico na composição industrial das principais economias latino americanas apresentou uma queda entre 1974 e 1990. Este fato é decorrente de sua pouca capacidade competitiva em um contexto de abertura econômica (BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO, 1997).

Neste mesmo período ocorreu o crescimento da participação das indústrias processadoras de recursos naturais (Grupos III e IV da tabela 1.4) na composição industrial. No caso da Argentina, do Brasil e do México, este crescimento deu-se “*mediante subsidios fiscales que fomentaran la expansión y la intensificación del desarrollo de los subsectores procesadores de recursos naturales, algunos de los cuales ya se habían establecido en los*

años cincuenta y sesenta, pero que fueron modernizadas en mayor grado a fines de los setenta e en la década de 1980” (BENAVENTE, CRESPI, KATZ & STUMPO, 1997, p.25). No caso chileno este crescimento deu-se devido à especialização no setor “primário exportador”, principalmente frutas, vinhos e cobre para exportação (MEDEIROS, 1997).

Vale lembrar que em 1994 os setores metal-mecânicos da Argentina, Brasil e México conseguiram se recuperar, voltando a ter os níveis muito próximos aos do ano de 1974.

É neste contexto que se encontrava o setor industrial da América Latina quando iniciaram-se os programas de liberalização comercial na região. Esta liberalização comercial foi implementada entre meados da década de 70 e início da década de 90, sendo o passo inicial para a inserção dos países latino americanos no processo da globalização. A Argentina e o Chile foram os primeiros países a implementarem esses programas ainda nos anos 70. Já o México e o Brasil só vieram implementar esses programas posteriormente, em meados dos anos 80 no caso mexicano e no início dos anos 90 no caso brasileiro.

1.4 O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL

1.4.1 Antecedentes da Integração

A idéia de uma integração regional na América Latina data do início da década de 50, quando estudos da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) mostravam uma estreita relação comercial entre os países da América Latina e uma alta dependência desses países com poucos países industrializados (GALVÃO, 1997).

Contudo, a concretização desta idéia só ocorreu em 1960, com a assinatura do Tratado de Montevideu, que criou a ALALC (Associação Latino Americana de Livre Comércio) que tinha como objetivo fundamental a criação de uma zona de livre comércio, não obtendo sucesso.

Durante o período de funcionamento da ALALC (de 1960 a 1980), alguns fatores foram decisivos para seu fracasso. Podemos dizer que um desses fatores foi a própria política de industrialização adotada pelos países: a industrialização via substituição de importações. Esta

política consistia em manter altas as tarifas às importações fortalecendo a indústria nacional. *“Todos os países queriam abrir o mercado dos demais para os seus produtos, mas nenhum queria abrir o seu próprio mercado”* (LIMA FLORENCIO, 1995, p. 35).

Um outro fator para esse fracasso foi que a maioria dos países da América Latina era governada por ditaduras militares, *“que procurava conseguir hegemonia e exercer influência política e econômica sobre os demais países da região”* (THORSTENSEN, 1994, p. 246). Isto gerava um clima de desconfiança, criando uma instabilidade política na região.

Para Galvão (1997), a redemocratização do continente e o fim da política de industrialização via substituição das importações, geraram um novo impulso para a integração regional. Assim, em 1980 foi criada a ALADI (Associação Latino Americana de Integração) através do Tratado de Montevideu, para substituir a ALALC. O principal objetivo da ALADI é a integração regional, sendo que para isto adota metas mais flexíveis.

O passo inicial para a formação de um Mercado Comum na América Latina foi dado no ano de 1985, com a assinatura da Ata de Iguazu pelos presidentes José Sarney, do Brasil, e Raul Alfonsín, da Argentina. Já em julho de 1986, foi assinado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), por estes presidentes, com a finalidade de iniciar a integração de indústrias complementares (como bens de capital, aeronáutica e energia nuclear).

Em 1988, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de grande importância para a criação do Mercado Comum. Neste tratado, o Brasil e a Argentina avançavam rumo à eliminação das barreiras tarifárias e não-tarifárias, criando condições para a criação do Mercado Comum em dez anos.

No ano de 1990, os presidentes do Brasil, Fernando Collor, e da Argentina, Carlos Menem, assinaram a Ata de Buenos Aires e o Acordo de Complementação Econômica (ACE), em julho e dezembro, respectivamente. Pelo primeiro acordo, a criação de um Mercado Comum bilateral foi antecipado para 31 de dezembro de 1994. Já o segundo acordo foi assinado para regular as relações entre os dois países no período de transição.

Vale destacar que o Paraguai e o Uruguai só aderiram ao Mercado Comum em agosto de 1990 ao perceberem que poderiam ficar “*marginalizados dos benefícios que a integração Brasil-Argentina poderia oferecer a curto prazo*” (THORSTENSEN, 1994, p. 248), já que o Brasil e a Argentina são seus maiores parceiros comerciais.

Desta forma, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, o qual determinava a data 31 de dezembro de 1994 para a criação do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

1.4.2 Do Período de Transição ao Período de Afirmação

Nos dias de hoje nos encontramos no período de afirmação (consolidação) do Mercosul. Não é pelo fato de ter-se assinado o Tratado de Assunção que se criaria de imediato um Mercado Comum. Para tanto necessita-se de tempo, principalmente para negociar as regras que venham a regular o Mercado Comum.

Denomina-se “período de transição” o período que iria de 1991 a 1994, pois, a partir de 1º de janeiro de 1995, as barreiras tarifárias e não-tarifárias já não deveriam existir devido à criação da Zona de Livre Comércio. Porém, a eliminação dessas barreiras deveria acontecer de forma gradual. De início essas barreiras seriam reduzidas em 47% no mínimo, e a cada semestre seriam reduzidas em 7%. Determinou-se uma Lista de Exceções⁶, composta por produtos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, 394, 324, 439 e 960, respectivamente. Vale destacar que o prazo de redução das tarifas para os produtos era 2006 para o Paraguai e 2001 para os outros países.

Neste mesmo período, foi adotado o Regime Geral de Origem. A finalidade deste regime era de determinar se um produto comercializado na região era de origem da própria região. Para isto o produto deveria ter no mínimo 60% de seus insumos produzidos dentro da região. Com isso o produto poderia circular na região livre das tarifas. Esse mecanismo foi criado ‘*com a finalidade de evitar a circulação de produtos “triangulados” de nações não*

⁶ Segundo AVERBUG (1998), são “produtos considerados vulneráveis a competição externa”.

pertencentes ao bloco' (AVERBUG, 1998, p. 141). Assim impede-se que produtos que não sejam da região entrem nos mercados sem atender às exigências aduaneiras.

Em julho de 1992, foi aprovado o Cronograma de Las Leñas, que determinava um prazo para a definição da Tarifa Externa Comum (TEC). Por este documento a TEC seria adotada em julho de 1993. Porém devido às desconfianças de diversos setores, esta tarifa só veio a ser adotada no final de 1994. A Tarifa Externa Comum consiste em taxas de importação para produtos de países que não pertencem à região. A TEC fixa 11 diferentes níveis tarifários, variando entre 0 e 23%, para cerca de 90% dos produtos. Já para os 10% restantes devem convergir gradualmente até o ano 2001 (2006 no caso do Paraguai), já que fazem parte da lista de exceções.

Em dezembro de 1994, é definida a estrutura institucional para o Mercosul, através do Protocolo de Ouro Preto. Assim, o Mercosul é constituído pelo: Conselho do Mercado Comum; Grupo do Mercado Comum; Comissão de Comércio; Conselho da Comissão Parlamentar Conjunta; Foro Consultivo Econômico-Social; e Secretaria Administrativa.

Desta forma quando o Mercado Comum do Sul entrou em vigor, em 1º de janeiro de 1995, os países já encontravam-se no estágio da União Aduaneira.

Isto significa que o Mercosul está no caminho da consolidação do Mercado Comum, ou seja, encontra-se no “período de afirmação”. Mas para chegar ao Mercado Comum de fato (livre circulação de produtos, serviços, capital e mão-de-obra), tem que transpor diversos obstáculos, já que *“a circulação de capital humano entre os países do Mercosul continua extremamente burocratizada”* (AVERBUG, 1998, p. 142).

É importante destacar que o Chile em outubro de 1996 e a Bolívia em dezembro de 1996 assinaram um acordo de adesão ao Mercosul. Vale lembrar também que o objetivo da adesão é criar uma área de livre comércio entre as partes, e não a intenção de tornarem-se países membros a priori.



1.4.3 Algumas Características dos Países do Mercosul

O Mercosul é formado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, países membros, além do Chile e da Bolívia, países “associados”⁷. Assim criou-se um mercado de aproximadamente 207 milhões de habitantes, distribuídos em uma área com cerca de 11,8 milhões de Km², com grande potencial em recursos naturais (reservas minerais e florestais).

Uma grande dificuldade para o Mercosul é diminuir o contraste entre a riqueza em recursos naturais e os indicadores sócio-econômicos da região, já que estes índices demonstram que não somos uma região desenvolvida.

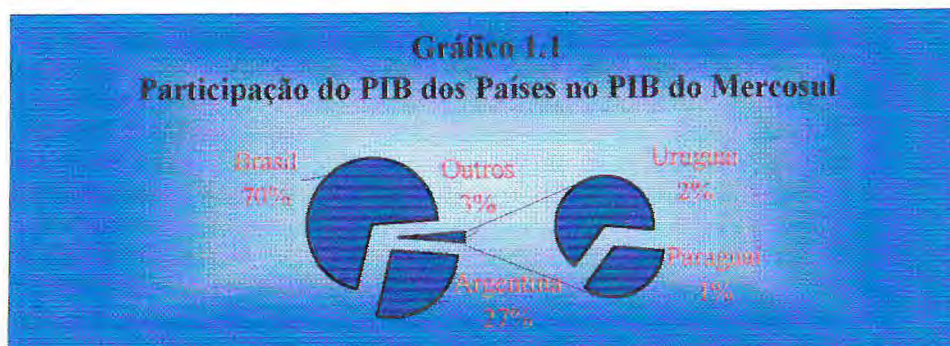
Observando os dados da tabela 1.5, podemos constatar que o Brasil e a Argentina são os países com maior peso econômico. O Brasil possui o maior PIB do Mercosul, com US\$ 774,9 bilhões, seguido pela Argentina com PIB de US\$ 298,7 bilhões. O PIB do Brasil e da Argentina representam cerca de 97,41% do PIB do Mercosul. Já o Paraguai e Uruguai são os países com menor peso econômico, com PIB de US\$ 9,6 bilhões e US\$ 18,9 bilhões respectivamente, representando apenas 2,58% do PIB da região.

Tabela 1.5 – Produto Interno Bruto – 1996

Países	PIB (US\$ bilhões)	% do PIB Mercosul
Argentina	298,7	27,10
Brasil	774,9	70,31
Paraguai	9,6	0,87
Uruguai	18,9	1,71
Mercosul	1.102,1	100,00

Fonte: Banco Mundial

⁷ O termo países “associados” dá-se pelo fato do Chile e da Bolívia terem assinado um acordo de adesão com o Mercosul, com a finalidade da criação de uma zona de livre comércio, sem entretanto tornarem-se membros plenos, já que não participam da União Aduaneira e do Mercado Comum em formação. Desta forma, para efeito de análise dos dados do Mercosul, não incluiremos os dados do Chile e da Bolívia.



Fonte: Banco Mundial

O Brasil surpreende pelo fato de seu PIB per capita ficar atrás do PIB per capita de países como a Argentina e o Uruguai, e até mesmo abaixo do PIB per capita médio da região, como pode ser visto na tabela 1.6. O PIB brasileiro é 2,5 vezes maior que o argentino, porém seu PIB per capita é praticamente a metade do argentino, superando apenas o PIB per capita do Paraguai.

Tabela 1.6 – Produto Interno Bruto per Capita – 1996

Países	PIB per capita (US\$)
Argentina	8.485
Brasil	4.739
Paraguai	1.882
Uruguai	5.253
Médio	5.253

Fonte: Banco Mundial

Outro indicador a ser analisado é o da dívida total líquida dos países, que é o resultado da dívida total menos as reservas internacionais. A importância deste indicador, dá-se pelo fato de que na década de 80 houve uma explosão das dívidas externas, resultado das altas taxas de juros internacionais, atingindo praticamente todos os países da América Latina. O Brasil é o país com a maior dívida, seguido pela Argentina, Uruguai e Paraguai, como é visto na tabela abaixo.

Tabela 1.7 – Dívida Total (US\$ milhões) – 1996

Países	Dívida Total Bruta	Reservas Internacionais	Dívida Total Líquida
Argentina	96.677	19.745	76.932
Brasil	179.047	60.089	118.958
Paraguai	1.141	892	1.249
Uruguai	5.899	1.912	3.987

Fonte: Banco Mundial

Apesar do Brasil possuir a maior dívida total, seu impacto sobre o PIB é de 23,11%. O maior impacto da dívida total sobre o PIB é da Argentina, seguido pelo Uruguai, com 32,37% e 31,21% respectivamente. O menor impacto é o do Paraguai com 22,30%.

Tabela 1.8 – Dívida Total/PIB (%) – 1996

Países	Dívida Total/PIB
Argentina	32,37
Brasil	23,11
Paraguai	22,30
Uruguai	31,21

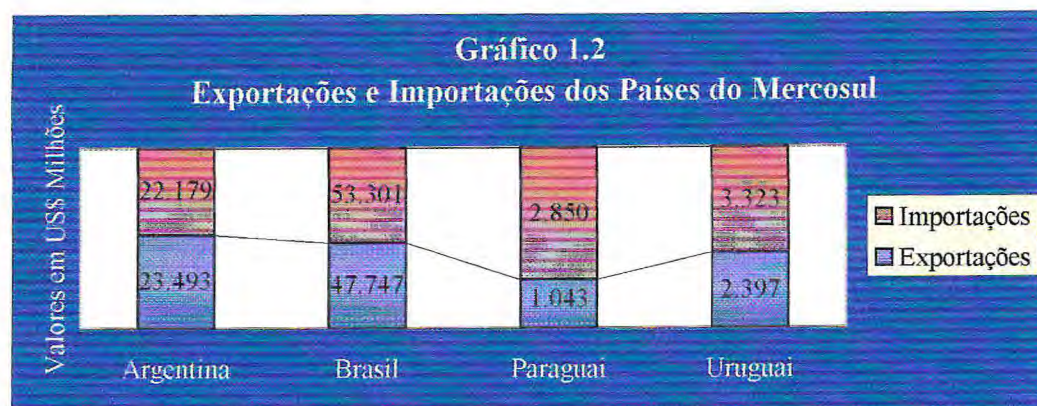
Fonte: Banco Mundial

Com relação à balança comercial no ano de 1996, vale destacar que o único país do Mercosul a obter um superávit foi a Argentina, com um saldo de US\$ 1.314 milhões. Os demais países obtiveram déficits, sendo que o Brasil foi o que obteve o pior resultado com déficit de US\$ 5.554 milhões, acompanhado pelo Paraguai e Uruguai, com US\$ 1.807 milhões e US\$ 926 milhões, respectivamente, como mostra a tabela 1.9.

Tabela 1.9 – Balança Comercial (US\$ milhões) – 1996

Países	Exportações	Importações	Saldo Balança Comercial
Argentina	23.493	22.179	1.314
Brasil	47.747	53.301	- 5.554
Paraguai	1.043	2.850	- 1.807
Uruguai	2.397	3.323	- 926

Fonte: Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial

Os países do Mercosul na década passada e até mesmo no início desta década passaram por crises inflacionárias registrando altas taxas de inflação. Porém, como é observado na tabela abaixo, esses países conseguiram reduzir essas taxas. Dados referentes ao ano de 96 mostram que a Argentina é o país com menor taxa de inflação, 0,2%. Já o país que obteve a maior taxa foi o Uruguai com 24,3%.

Tabela 1.10 – Taxas de Inflação – 1996

Países	Taxa de Inflação (Preço ao Consumidor)
Argentina	0,2
Brasil	15,8
Paraguai	8,2
Uruguai	24,3

Fonte: Banco Mundial

É importante também analisarmos alguns indicadores sociais, verificando as condições de desenvolvimento humano da região. O primeiro indicador a ser analisado é a expectativa de vida. Pela tabela 1.11, verifica-se que o Brasil é o país com a menor expectativa de vida da região, com 66,6 anos. Já o país com maior expectativa de vida é o Uruguai com 72,7 anos, seguido pela Argentina com 72,6 anos e o Paraguai com 69,1 anos. Observa-se que as expectativas de vida do Uruguai e da Argentina são praticamente iguais.

Tabela 1.11 – Expectativa de Vida – 1995

Países	Expectativa de Vida (anos)
Argentina	72,6
Brasil	66,6
Paraguai	69,1
Uruguai	72,7

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998

Com relação ao analfabetismo, o Uruguai é o país com a menor taxa, com apenas 2,7%. Já o Brasil é o país com maior taxa de analfabetismo da região com 16,7%, seguido pelo Paraguai com 7,9% e pela Argentina com 3,8%.

Tabela 1.12 – Taxa de Analfabetismo – 1995

Países	Taxa de Analfabetismo (%)*
Argentina	3,8
Brasil	16,7
Paraguai	7,9
Uruguai	2,7

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998

* % da População Adulta

O indicador social mais importante para se medir o nível de desenvolvimento humano é o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)⁸. Pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998 (PNUD-ONU), que apresenta os índices referentes a 1995 para 174 países, a Argentina é o país do Mercosul com o melhor IDH, 0,888. Já o Paraguai apresenta o pior IDH da região, 0,707. Vale destacar que três dos quatro países do Mercosul, são classificados como tendo alto desenvolvimento humano, ou seja, tem IDH superior a 0,8, são eles: Argentina, Uruguai e Brasil. Apenas o Paraguai se classifica como tendo um médio desenvolvimento humano, já que seu IDH encontra-se entre 0,5 e 0,8. Estes dados podem ser melhor visualizados na tabela 1.13.

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foi criado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), avaliando o progresso dos países, levando em consideração o PIB per capita, a expectativa de vida e o nível de educação. O IDH varia entre 0 e 1, sendo os países classificados de acordo

Tabela 1.13 – Índice de Desenvolvimento Humano - 1995

Países	IDH	Posição no Ranking do IDH
Argentina	0,888	36º
Brasil	0,809	62º
Paraguai	0,707	91º
Uruguai	0,885	38º

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998

1.5 Notas Conclusivas

Com o fenômeno da globalização, os países tendem a se unir em blocos para tornarem-se competitivos. É neste contexto que a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, países com histórias de desenvolvimento parecidas, uniram-se para formar o Mercosul. Mesmo tendo um histórico de desenvolvimento parecido, pode-se observar pelo que foi exposto nos tópicos anteriores que há um grande contraste entre os países do bloco.

O Brasil possui o maior PIB do bloco, superando até mesmo a soma dos PIBs dos outros países. Mesmo assim seu PIB per capita é apenas o terceiro da região, superando apenas o Paraguai, que possui a economia mais fraca da região.

O Brasil também possui a maior dívida total líquida do Mercosul, mesmo assim, seu impacto sobre o PIB brasileiro é menor que o da Argentina e o do Uruguai, que possuem dívidas menores. O Paraguai é o país com a menor dívida total líquida e também com o menor impacto da dívida sobre o PIB.

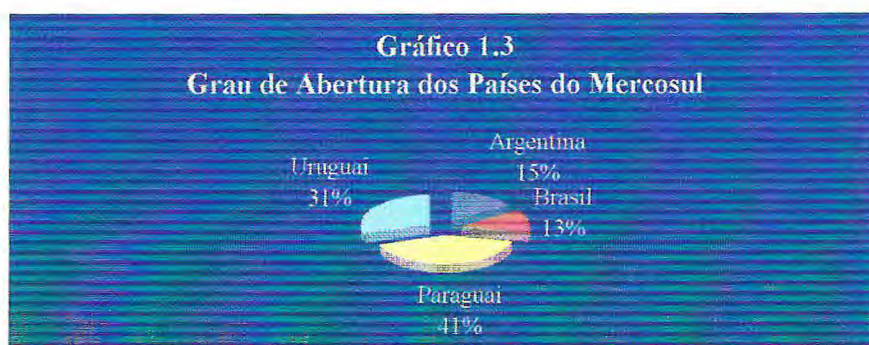
As economias dos países latino americanos em geral, permaneceram fechadas até o início da década passada. A tendência natural com a formação dos blocos econômicos é a abertura das economias dos países que os compõem. A tabela abaixo apresenta o grau de abertura⁹ dos países do Mercosul.

com o seu índice: de 0,0 a 0,5 Baixo Desenvolvimento Humano; de 0,5 a 0,8 Médio Desenvolvimento Humano; de 0,8 a 1,0 Alto Desenvolvimento Humano.

Tabela 1.14 – Grau de Abertura dos Países do Mercosul – 1996

Países	Grau de Abertura (%)
Argentina	15,29
Brasil	13,04
Paraguai	40,55
Uruguai	30,26
Mercosul	14,18

Fonte: Banco Mundial



Fonte: Banco Mundial

O que mais chama atenção são os países com as economias mais fracas do bloco, Paraguai e Uruguai, apresentarem os maiores graus de abertura econômica. O Brasil, mesmo tendo o maior volume de exportações e de importações, é o país com o menor grau de abertura. A Argentina tem um comportamento parecido com o do Brasil, apresentando um grau de abertura próximo ao do Brasil.

Apesar de ser a economia mais forte da região, o Brasil, em relação ao seu desenvolvimento humano, deixa muito a desejar. Mesmo tido como um país de alto desenvolvimento humano, ocupa apenas a 62ª posição no ranking do IDH, apresentando os piores indicadores sociais do bloco econômico. Mais uma vez supera apenas o Paraguai. Já o Uruguai surpreende, pois supera o Brasil em desenvolvimento humano, apesar de ser uma das economias mais fracas da região. A Argentina possui um bom desenvolvimento humano (até mesmo por estar na 36ª posição do ranking do IDH) e a economia em situação razoável. A pior situação é a do Paraguai, já que sua economia é a mais fraca da região, além de ser o país com o pior desenvolvimento humano da região (é o 91º no ranking do IDH).

⁹ O grau de abertura (GA) é dado pela participação total do comércio (X+M) no PIB. Assim temos $GA=(X+M)/PIB$

Os indicadores sócio-econômicos dos países do Mercosul ainda deixam muito a desejar. Apesar de os países terem alcançado um bom nível de crescimento econômico os indicadores sociais não conseguiram acompanhar o mesmo ritmo. Precisa-se melhorar as condições sociais da população dos países do bloco. Para isso, torna-se necessário melhorar o nível educacional, a saúde, a distribuição de renda, entre outros itens.

No próximo capítulo trataremos da Região Nordeste, analisando sua inserção no Mercosul.

Capítulo 2 – A Região Nordeste



2.1 Introdução

Historicamente a Região Nordeste sempre esteve ligada ao setor externo, pois sua economia durante vários séculos foi voltada para atender a demanda externa. Desta forma, este capítulo tem como objetivo expor o comércio exterior da região, destacando as exportações, importações, saldo da balança comercial e suas vantagens comparativas.

Para alcançarmos o objetivo, no tópico 2.2 apresentaremos o histórico da formação econômica do Nordeste, descrevendo os ciclos do açúcar, do algodão e a industrialização da região neste século. Já no tópico 2.3 mostraremos os principais indicadores sócio-econômicos do Nordeste, comparando vários destes com os indicadores do Brasil. No tópico 2.4 analisaremos o comércio exterior da região Nordeste, mostrando suas exportações e importações no geral, assim como por estado. Também analisaremos o indicador de vantagens comparativas dos setores econômicos, observando seu comportamento de 1975 à 1993. Finalizaremos o capítulo apresentando algumas conclusões no tópico 2.5.

2.2 Um Breve Histórico da Formação Econômica do Nordeste

O Nordeste brasileiro é uma das regiões mais pobres de nosso país. Igualmente a outras regiões no mundo, o Nordeste enfrenta o sério problema das desigualdades de desenvolvimento regionais dentro de seu próprio país. É uma região atrasada, tanto do ponto de vista econômico como social. Este atraso é resultado do próprio processo histórico da formação sócio-econômica, apesar de ainda existirem autores que defendam a tese de que a região é atrasada devido às condições naturais desfavoráveis (clima e solo), assim como pela sua formação étnica, como é observado por Andrade (1984, p. 43):

“No caso do Nordeste, as pessoas ligadas às estruturas de dominação existentes concebem uma ideologia de que a região não se desenvolve por possuir condições naturais – clima e solo – desfavoráveis, como se os solos e os climas fossem os responsáveis pelo subdesenvolvimento. Outros estudiosos mais radicais procuram desenvolver uma argumentação racista, étnica, alegando que não tendo

recebido, no século XIX, grandes contingentes de colonos da Europa Central e Meridional, como o Sudeste e o Sul, ficou habitado por grupos étnicos inferiores – portugueses, negros e índios –, que não tiveram capacidade de desenvolver a região.”

Apesar de tida como região problema, região da seca e da miséria (BACELAR, 1995), a economia do Nordeste até meados do século XIX foi bastante dinâmica. Durante este período a economia nordestina era baseada na produção de produtos agrícolas para a exportação, a cana-de-açúcar e o algodão.

A cultura da cana-de-açúcar foi introduzida no Brasil logo após o seu descobrimento. A necessidade de colonizar as novas terras, seu posicionamento geográfico (próximo à Europa) e a possibilidade de bons retornos financeiros foram os fatores decisivos para a escolha deste produto. O Nordeste, considerado uma região ideal para a produção da cana-de-açúcar, desenvolveu principalmente na Zona da Mata, em uma faixa litorânea que vai do Rio Grande do Norte até o Recôncavo Baiano, a produção desta cultura.

Foi durante o ciclo do açúcar (séculos XVI e XVII) que o Nordeste tornou-se o centro dinâmico da economia brasileira. A indústria açucareira proporcionou outras atividades na região. De acordo com Andrade (1984), neste mesmo período, a região Agreste desenvolveu-se devido à pecuária que fornecia carne e animais de trabalho para as regiões açucareiras, pois com a expansão da lavoura canavieira a pecuária foi deslocada para o interior da região.

O declínio do ciclo açucareiro ocorre no século XVII, quando é desenvolvida nas Antilhas¹⁰ a produção da cana-de-açúcar, passando a concorrer com o nosso produto. Foi também no final deste século que a região Nordeste deixou de ser o centro dinâmico da economia brasileira, sendo substituída pela região Sudeste¹¹.

Furtado (1991) destaca que a região açucareira brasileira teve uma nova etapa de prosperidade após o colapso da região açucareira do Haiti em 1789.

¹⁰ As lutas entre portugueses e holandeses, fazem com que os holandeses juntamente com os ingleses desenvolvam a cultura da cana-de-açúcar nas Antilhas (ANDRADE, 1984).

Durante os séculos XVIII e XIX, a economia nordestina volta a ter um bom desempenho proporcionado pelo ciclo algodoeiro. Na última metade do século XVIII ocorre a Revolução Industrial na Inglaterra, fazendo com que haja um crescimento na demanda por algodão no mercado mundial. Neste mesmo período, acontece a guerra de independência dos EUA que interrompe o fornecimento de algodão para as fábricas inglesas.

Foi também neste período que o governo português, através de Pombal, preocupou-se em recuperar a região do Maranhão. Pombal ajudou os colonos maranhenses a criarem uma companhia de comércio, que foi beneficiada pela guerra de independência dos EUA. Isso deu-se porque *“os dirigentes da companhia perceberam desde o início que o algodão era o produto tropical cuja procura estava crescendo com mais intensidade”* (FURTADO, 1991, p.91). Com os EUA em guerra, sendo eles um grande produtor de algodão e tendo interrompido o fornecimento para a Inglaterra, os dirigentes da companhia maranhense passaram a produzir algodão. Desta forma a cultura algodoeira expandiu-se para outras áreas do Nordeste, melhorando a economia da região como um todo.

No século XIX, o setor algodoeiro no Brasil entra em crise, principalmente após os EUA voltarem a exportar algodão. Porém a produção nordestina continua para atender a demanda da indústria têxtil local, que crescia desde 1880 (ANDRADE, 1984).

Logo após o ciclo do algodão, até a década de 50 deste século, a economia nordestina perdeu o seu dinamismo, apresentando baixo desempenho. O relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) detectou este fato e propôs como solução para este problema, entre outras, incentivar a industrialização da região.

Durante as décadas de 60, 70 e 80, a região Nordeste obteve um bom desempenho econômico. A política de investimentos públicos no processo de industrialização da região foi o fator determinante para este desempenho. *“Direta ou indiretamente, foi o setor público quem puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região, nos anos 70 e 80”* (BACELAR, 1995, p. 131).

¹¹ A princípio, a região Sudeste torna-se o centro dinâmico da economia do país, devido ao ciclo do ouro em Minas Gerais no final do século XVII, e posteriormente com a cafeicultura no século XIX.

É importante destacar a mudança do perfil de dois setores na região durante este período, o agropecuário e o industrial. No primeiro setor ocorre um aumento na produção de culturas não-tradicionais (mamão, manga, uva, etc.) em detrimento das culturas tradicionais (algodão, mandioca, mamona, etc.). Já com relação ao segundo setor, o Nordeste se direciona para a produção de bens intermediários, deixando a indústria tradicional (bens de consumo não-duráveis) um pouco de lado.

Na década de 90, há uma inversão com relação aos investimentos na indústria do Nordeste. Os investimentos passam a ser feitos pelo setor privado, já que *“os capitais privados buscam novas frentes de investimento em espaços que se situam para além do centro mais industrializado do país, o Sudeste”* (BACELAR, 1995, p. 129). Nos últimos anos, vários estados da região têm como política de industrialização os incentivos fiscais, a doação de terrenos e a implantação de toda uma infra-estrutura, com o objetivo de atrair estes capitais para seu estado.

Assim, o esgotamento do setor primário-exportador, que durante séculos proporcionou o dinamismo da economia do Nordeste, foi o responsável pelo seu fraco dinamismo a partir do final do século XIX. Só após a década de 60 é que a economia nordestina volta a ser dinâmica, impulsionada principalmente pela industrialização.

2.3 O Nordeste em Números

O Nordeste brasileiro é uma região formada por nove estados, ocupando uma área de aproximadamente 1,56 milhões de Km² (18,2% do território nacional), e com uma população em torno de 45 milhões de habitantes (27,5% da população brasileira). No contexto do Mercosul, considerando isoladamente o Nordeste, este seria o segundo país em população ficando atrás do Brasil e o terceiro em extensão territorial atrás do Brasil e da Argentina, respectivamente.

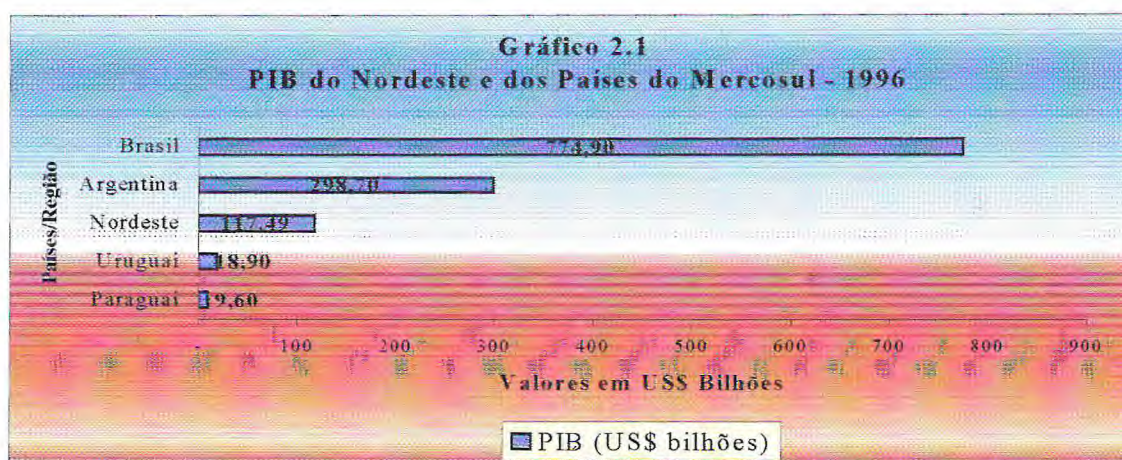
Apesar de ser uma das regiões mais pobres do Brasil, o Nordeste dá sinais de recuperação. Pela tabela 2.1, notamos que o PIB nordestino é de US\$ 117,19 bilhões, o que representa 15,16% do PIB brasileiro. Já com relação ao Mercosul, o PIB nordestino representa

10,66% do PIB da região, sendo quase a metade do PIB da Argentina (US\$ 278,7 bilhões), superando o PIB do Paraguai e do Uruguai.

Tabela 2.1 – Produto Interno Bruto - 1996

Países/Região	PIB (US\$ bilhões)
Nordeste	117,49
Argentina	298,70
Brasil	774,90
Paraguai	9,60
Uruguai	18,90

Fonte: Banco Mundial; Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997



Fonte: Banco Mundial; Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Ao nos referirmos à recuperação do Nordeste, esta dá-se principalmente a partir da década de 70. Durante a década de 60 o PIB nordestino cresceu a uma taxa média de 3,5% a.a., sendo inferior ao crescimento do PIB brasileiro. Porém no período de 1970 a 1996 a taxa média de crescimento do PIB nordestino sempre foi superior à do PIB brasileiro, como é mostrado na tabela abaixo.

Tabela 2.2 – Taxa Média Anual de Crescimento do PIB do Brasil e do Nordeste (%)

	Nordeste	Brasil
1960-70	3,5	6,1
1970-80	8,7	8,6
1980-90	3,3	1,6
1990-96*	2,8	2,7

Fonte: Banco Mundial

* Dados preliminares para os anos de 1995 e 1996

Para Bacelar (1995) o crescimento do PIB nordestino está diretamente relacionado com o crescimento dos setores de serviços e industrial. A tabela 2.3 mostra a participação de cada setor no PIB do Nordeste entre 1960 e 1996. O setor serviços foi o que mais cresceu passando de 47,4% para 63,9%, seguido pelo setor industrial, que passou de 22,1% para 23,7%. Já a agropecuária caiu de 30,5% para 12,4%.

Tabela 2.3 – Participação do PIB Setorial no PIB do Nordeste (%)

	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1960	30,5	22,1	47,4	100
1970	21,0	27,4	51,6	100
1980	17,3	29,3	53,4	100
1990	13,3	28,5	58,2	100
1996	12,4	23,7	63,9	100

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

* Dados preliminares para os anos de 1995 e 1996

Apesar de o PIB per capita do Nordeste vir crescendo progressivamente, passando de US\$ 1.109 em 1965¹² para US\$ 2.567 em 1996 (SUDENE, 1997), este encontra-se aquém do PIB per capita brasileiro que é de US\$ 4.739. Comparando o PIB per capita nordestino com os dos demais países do Mercosul, este só supera o PIB per capita do Paraguai, que é de US\$ 1.882.

Tabela 2.4 – PIB per Capita do Nordeste e do Mercosul

Países	PIB per Capita (US\$)
Nordeste	2.567
Argentina	8.485
Brasil	4.739
Paraguai	1.882
Uruguai	5.906

Fonte: Banco Mundial; Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

O maior desafio da região Nordeste é reverter o seu quadro social. Apesar de ter havido uma pequena melhoria nos indicadores sociais da região, estes ainda deixam muito a desejar, pois não cresceram na mesma proporção dos indicadores econômicos, mantendo-se o enorme contraste social.

¹² PIB per capita a preços de 1996

Em 1970 a expectativa de vida do nordestino era de 44,38 anos, passando para 64,10 anos em 1995. Vale destacar que durante o período de 1970 a 1995, a expectativa de vida do nordestino ficou abaixo da brasileira, apesar de ter crescido 44,4% contra 26,4% do Brasil. Mesmo tendo este crescimento, o Nordeste é a região brasileira com a menor expectativa de vida. A tabela abaixo mostra a evolução da expectativa de vida do Brasil e do Nordeste.

Tabela 2.5 – Evolução da Expectativa de Vida do Nordeste e do Brasil

	Nordeste	Brasil
1970	44,38	52,67
1980	57,67	61,76
1991	62,71	66,13
1995	64,10	66,60

Fonte: Banco Mundial; PNUD

O Nordeste também apresenta um alto índice de analfabetismo. Em 1995, 30,5% da população adulta da região era analfabeta, sendo a região com o maior índice de analfabetismo do Brasil. A tabela 2.6 mostra a evolução da taxa de analfabetismo no Nordeste e no Brasil. Pela mesma tabela podemos constatar que o número de analfabetos na região diminuiu em torno de 43%, enquanto que no Brasil esta queda foi em torno de 49%.

Tabela 2.6 – Evolução da Taxa de Analfabetismo do Nordeste e do Brasil (%)

	Nordeste	Brasil
1970	53,9	33,0
1980	45,9	25,3
1991	36,5	19,4
1995	30,5	16,7

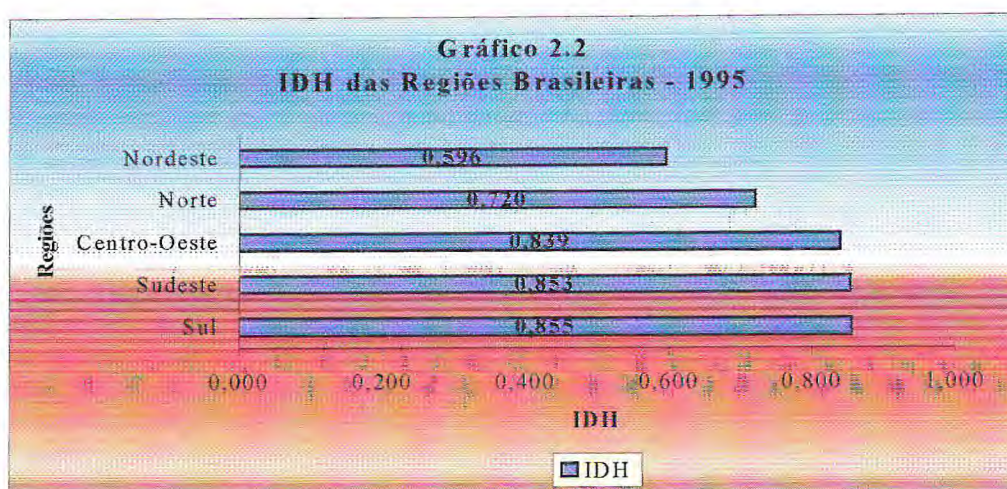
Fonte: Banco Mundial; PNUD

Pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998 (PNUD-ONU), o Nordeste apresenta o IDH de 0,596. Este índice indica que o Nordeste é classificado como uma região de médio desenvolvimento humano. Pela tabela 2.7, constatamos que somente duas regiões do país são classificadas como regiões de médio desenvolvimento humano, o Norte e o Nordeste. Porém mais uma vez o Nordeste é a região com o pior índice.

Tabela 2.7 - Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e de suas Regiões – 1995

Regiões	IDH
Norte	0,720
Nordeste	0,596
Sudeste	0,853
Sul	0,855
Centro-Oeste	0,839
Brasil	0,809

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998; PNUD



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998; PNUD

O que mais chama a atenção na análise destes números é que o crescimento econômico nordestino não alavancou o seu desenvolvimento social. Os indicadores sociais melhoraram, é verdade, porém muito abaixo da expectativa. O Nordeste tem a pior expectativa de vida, a pior taxa de analfabetismo e o pior índice de desenvolvimento humano do país. Apesar da recuperação da economia regional, ainda falta muito para o Nordeste deixar de ser uma região atrasada.

2.4 O Comércio Exterior do Nordeste

O comércio exterior já foi a base da economia nordestina. Este fato, como foi mostrado anteriormente, ocorreu até meados do século XIX quando a região se especializou principalmente na produção de cana-de-açúcar e de algodão para exportação. A partir da década de 30, no Brasil, inicia-se o processo de industrialização via substituição de importações tornando a economia brasileira uma economia fechada. Isto se dá principalmente

para proteger as “indústrias nascentes”. Da mesma forma que o Brasil, a economia nordestina mostrou-se relativamente fechada devido principalmente ao “*processo de industrialização adotado para a Região e o qual está voltado para o mercado interno*” (HIDALGO, 1998, p.1807). Com a economia fechada o comércio nordestino passa a interagir mais fortemente com as outras regiões brasileiras, pois o Nordeste passa a exportar insumos para essas regiões e torna-se mercado de seus produtos, principalmente da região Sudeste.

O Nordeste volta a transacionar com o exterior principalmente nos anos de crise, instabilidade e retração da demanda interna, como é destacado por Bacelar (1995, p. 143), “*o exame da dinâmica comercial da região, particularmente as relações estabelecidas com o mercado internacional, mostra que o Nordeste tentou acompanhar a tendência mais geral da economia brasileira nos anos recentes de crise, instabilidade e retração da demanda interna: ampliar suas articulações com o exterior*”.

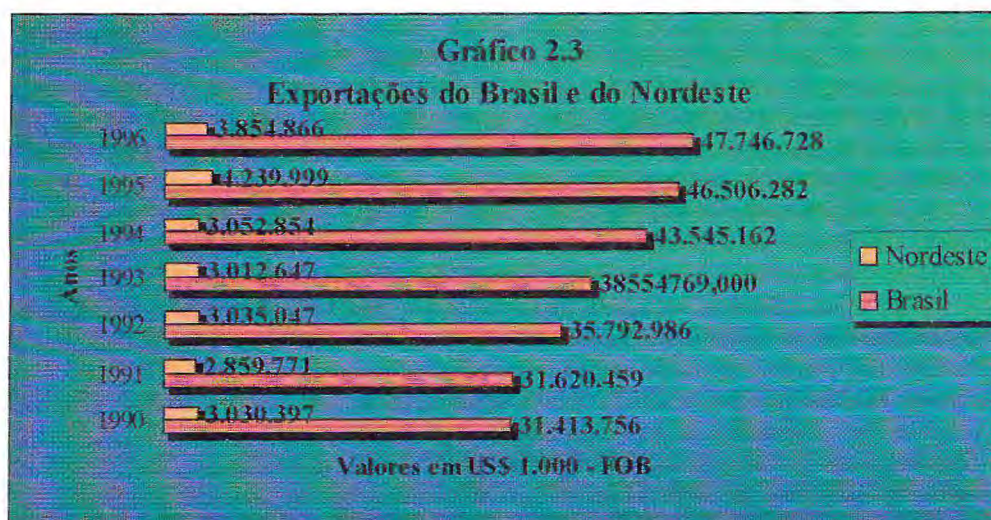
Com a globalização dos mercados se intensifica o processo de abertura da economia brasileira. Isto ocorre principalmente no início da década de 90, durante o governo Collor.

A tabela 2.8 nos mostra que tanto as exportações brasileiras como as nordestinas cresceram com a abertura comercial. As exportações do Brasil apresentaram um desempenho regular, crescendo cerca de 51% entre 1990 e 1996. Já as exportações do Nordeste cresceram cerca de 27%, no entanto, apresentaram oscilações no período. Observa-se também que em 1990 as exportações nordestinas representavam 9,6% das exportações brasileiras, diminuindo para 8,1% em 1996.

**Tabela 2.8 – Exportação do Brasil e do Nordeste – 1990/1996
(US\$ 1.000 – FOB)**

	Brasil	Nordeste
1990	31.413.756	3.030.397
1991	31.620.459	2.859.771
1992	35.792.986	3.035.047
1993	38.554.769	3.012.647
1994	43.545.162	3.052.854
1995	46.506.282	4.239.999
1996	47.746.728	3.854.866

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997



Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Durante 1990 a 1996 apenas Pernambuco e Alagoas tiveram decréscimo em suas exportações, com quedas respectivas de 14,85 e 0,76%. Vale destacar o excelente desempenho das exportações do Piauí e da Paraíba, que cresceram 92,6 e 96,75% respectivamente. A Bahia é o estado com maior peso nas exportações do Nordeste, representando 47,9% das exportações de 1996, seguido pelo Maranhão com 17,67%.

Tabela 2.9 – Exportação dos Estados do Nordeste – 1990/1996
(US\$ 1.000 – FOB)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	442.620	476.706	427.458	462.627	575.719	671.361	681.460
Piauí	32.403	40.043	39.483	64.450	53.669	67.097	62.428
Ceará	230.569	270.419	303.590	274.825	334.861	352.131	380.434
R. G. Norte	88.800	80.189	72.934	81.288	86.729	79.228	94.876
Paraíba	52.550	56.074	59.084	69.971	83.646	86.065	103.394
Pernambuco	400.464	336.729	352.431	345.651	372.737	574.321	341.005
Alagoas	291.400	272.267	243.463	237.811	240.949	468.144	289.195
Sergipe	38.203	26.434	45.331	25.671	33.957	22.460	55.944
Bahia	1.453.388	1.300.910	1.491.273	1.450.354	1.720.587	1.919.192	1.846.130
TOTAL	3.030.397	2.859.771	3.035.047	3.012.647	3.052.854	4.239.999	3.854.866

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

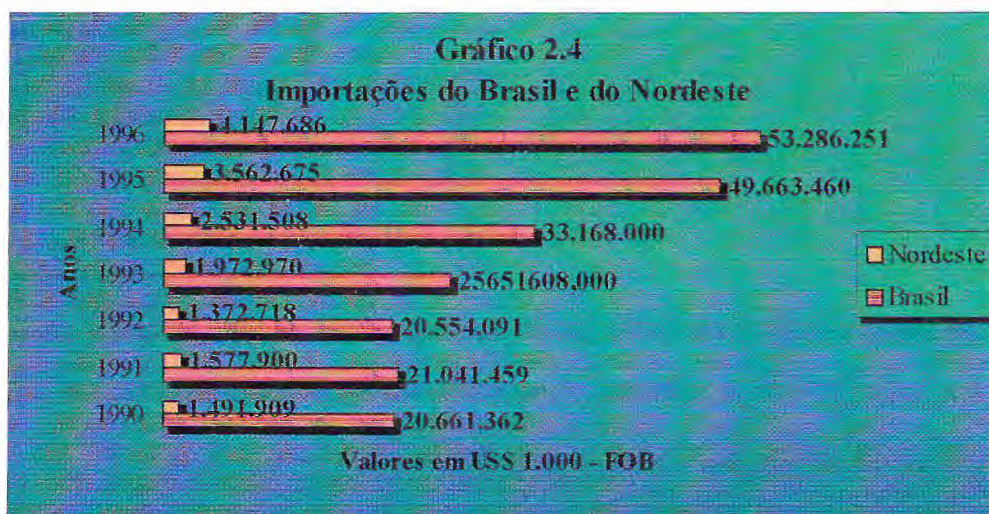
Com relação às importações, estas seguiram a mesma tendência de crescimento das exportações. Pela tabela 2.10, pode-se observar que as importações do Brasil cresceram 157,9% no período. As importações do Nordeste cresceram cerca de 178%, sendo superior ao crescimento das importações brasileiras, o que resultou num aumento da participação

nordestina nas importações do Brasil, que em 1990 era de 7,22%, passando para 7,78% em 1996.

**Tabela 2.10 – Importação do Brasil e do Nordeste – 1990/1996
(US\$ 1.000 – FOB)**

	Brasil	Nordeste
1990	20.661.362	1.491.909
1991	21.041.459	1.577.900
1992	20.554.091	1.372.718
1993	25.651.608	1.972.970
1994	33.168.000	2.531.508
1995	49.663.460	3.562.675
1996	53.286.251	4.147.686

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997



Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Como resultado da abertura da economia, todos os estados nordestinos aumentaram suas importações. O Piauí foi o estado que teve o maior aumento das importações, com cerca de 680,95% no período, sendo seguido pelo Ceará com aumento de 619%. Já a Bahia foi o estado que obteve o menor aumento nas importações, com 59,05%.

Tabela 2.11 – Importação dos Estados do Nordeste – 1990/1996
(US\$ 1.000 – FOB)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	101.657	222.604	149.176	161.406	197.548	237.401	404.345
Piauí	6.368	7.230	6.122	6.406	5.008	5.211	49.731
Ceará	113.705	164.618	238.937	389.511	545.778	656.785	817.920
R. G. Norte	21.889	6.826	11.271	16.393	33.279	34.542	101.978
Paraíba	34.070	54.640	62.185	101.914	141.750	214.693	186.266
Pernambuco	226.693	309.609	252.860	475.120	640.081	889.407	824.653
Alagoas	59.508	84.791	55.946	78.507	88.992	111.271	183.994
Sergipe	23.671	16.778	14.598	34.309	4.111	24.314	140.440
Bahia	904.439	710.803	581.623	709.364	874.960	1.389.141	1.438.359
TOTAL	1.491.909	1.577.900	1.372.718	1.972.970	2.531.508	3.562.765	4.147.686

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Historicamente o Nordeste apresenta um saldo positivo em sua balança comercial. De 1990 a 1996, o saldo da balança comercial apresentou uma queda de 119%. Apesar desta queda, somente no ano de 1996 é que a balança comercial apresentou um saldo negativo. Uma possível explicação para a grande diminuição do saldo da balança comercial a partir de 1994 é a sobrevalorização do Real¹³, já que este fato desestimula as exportações e privilegia as importações.

Tabela 2.12 – Saldo da Balança Comercial do Nordeste – 1990/1996
(US\$ 1.000 – FOB)

	Exportação	Importação	Saldo
1990	3.030.397	1.491.909	1.538.488
1991	2.859.771	1.577.900	1.281.871
1992	3.035.047	1.372.718	1.662.329
1993	3.012.647	1.972.970	1.039.677
1994	3.502.854	2.531.508	971.346
1995	4.239.999	3.562.675	677.234
1996	3.854.866	4.147.686	- 292.820

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Com a abertura econômica, os produtos de um determinado país passam a enfrentar a competição de produtos de outros países. Com isto os países tendem a se especializar naqueles produtos nos quais possuem maior vantagem comparativa¹⁴. Desta forma o país ganha mais ao produzir e exportar aqueles bens nos quais possuem vantagens comparativas e importar os

¹³ Para manter a economia estável, o Plano Real adotou a “âncora cambial” a qual manteve o Real sobrevalorizado em relação ao dólar.

¹⁴ Vantagem comparativa é definida “como sendo a comparação de custos entre diferentes produtos para um determinado país” LAFAY apud Hidalgo 1998.

produtos em que possuem menor vantagem comparativa. A seguir mostraremos dois indicadores de vantagem comparativa, o de Lafay e o de Balassa.

A tabela 2.13 nos mostra o indicador de vantagem comparativa de LAFAY (1990), o Indicador de Contribuição do Saldo Comercial (ICSC), para a região Nordeste. Este indicador é construído com base na comparação do saldo comercial observado para cada produto com o saldo comercial teórico para este mesmo produto, como mostra a fórmula abaixo:

$$ICSC_{ij} = \frac{100}{\frac{1}{2}(X+M)} \times [(X_i - M_i) - (X-M) \times ((X_i - M_i)/(X+M))]$$

onde: X_i = exportações do bem i.

M_i = importações do bem i.

$(X_i - M_i)$ = balança comercial observada do produto i (primeiro termo dos colchetes).

$(X-M) \times ((X_i - M_i)/(X+M))$ = balança comercial teórica do bem i (segundo termo dos colchetes).

Tabela 2.13 – Indicador de Contribuição ao Saldo Comercial do Nordeste

	1975	1980	1985	1990	1991	1992	1993
Alimentos, Fumo e Bebidas	53,01	51,14	17,68	15,48	8,77	8,72	4,40
Minerais	0,82	-27,35	-12,58	-23,44	-30,90	-30,83	-33,03
Produtos Químicos	-11,17	-10,51	-3,12	1,39	3,78	3,70	7,37
Plásticos e Borracha	-1,37	-0,64	1,88	3,55	3,45	3,99	4,91
Calçados e Couro	0,98	1,01	1,09	2,08	1,87	1,71	2,59
Madeira e Carvão Vegetal	0,07	0,11	0,02	0,04	0,04	0,56	0,32
Papel e Celulose	-0,95	-0,62	-0,46	-0,71	-1,00	0,76	2,64
Têxtil	3,18	6,63	4,53	3,57	5,30	4,77	-1,60
Minerais não Metálicos	0,08	-0,18	-0,18	4,28	4,26	4,94	6,04
Metais Comuns	-11,77	-3,96	1,24	11,15	20,15	16,40	16,05
Máquinas e Equipamentos	-26,87	-14,64	-8,72	-15,31	-11,26	-11,26	-9,33
Material de Transporte	-4,67	-0,38	-1,18	-0,45	-2,26	-0,61	-0,91
Ótica e Instrumentos	-1,62	-1,29	-0,86	-1,83	-2,18	-2,85	-1,74
Outros	0,27	0,68	0,66	0,22	-0,01	0,00	2,28

Fonte: Hidalgo (1998, p.496)

Caso este indicador seja positivo o produto apresenta vantagem comparativa revelada. Caso contrário, apresenta desvantagem comparativa revelada. Isto mostra que para um produto obter vantagem comparativa revelada o seu saldo observado deve ser maior que o seu saldo teórico, durante o período determinado.

Já a tabela 2.14 mostra o Coeficiente de Especialização Relativa (CSR) ou, como é mais usualmente utilizado, Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) de BALASSA (1965). Este indicador calcula a participação das exportações de um dado produto em um país em relação às exportações mundiais deste produto, e compara esse quociente com a participação das exportações totais do país em relação às exportações totais mundiais, como pode ser verificado a seguir:

$$VCR_{ij} = (X_{ij}/X_{iz}) / (X_j/X_z)$$

onde: X_{ij} = valor das exportações do produto i no país j ;

X_{iz} = valor das exportações do produto i na zona de preferência z ;

X_j = valor total das exportações do país j ;

X_z = valor total das exportações da zona de preferência z .

Tabela 2.14 – Indicador das Vantagens Comparativas Reveladas

	1975	1980	1991	1992	1993	1994	1995
Alimentos, Fumo e Bebidas	1,52	1,61	1,33	1,31	1,27	1,10	1,12
Mínerais	0,55	0,50	0,52	0,57	0,32	0,55	0,30
Produtos Químicos	0,15	1,53	3,15	3,34	3,27	3,00	2,68
Plásticos e Borracha	0,25	0,70	1,73	2,11	2,15	2,22	1,82
Calçados e Couro	0,39	0,37	0,42	0,39	0,45	0,45	0,47
Madeira e Carvão Vegetal	0,08	0,06	0,03	0,41	0,15	0,19	0,44
Papel e Celulose	0,00	0,00	0,01	0,42	0,86	1,05	1,06
Têxtil	0,73	1,62	1,92	1,80	1,99	2,21	1,88
Mínerais não Metálicos	0,41	0,27	1,73	2,17	2,07	2,34	2,14
Metais Comuns	0,53	0,56	1,35	1,24	1,17	1,35	1,54
Máquinas e Equipamentos	0,10	0,09	0,10	0,07	0,08	0,11	0,11
Material de Transporte	0,02	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00
Ótica e Instrumentos	0,15	0,16	0,12	0,14	0,25	0,20	0,37
Outros	0,15	0,40	0,00	0,01	1,36	0,19	0,12

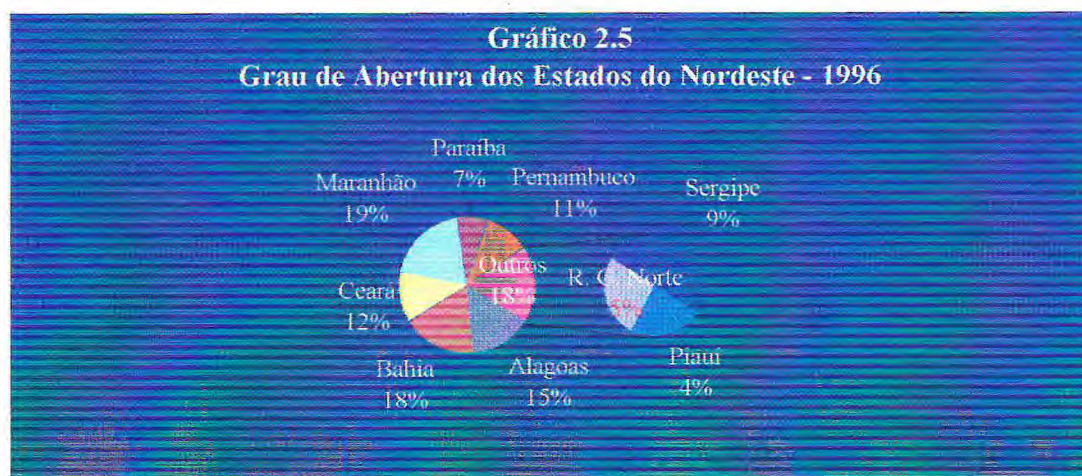
Fonte: Hidalgo (1998, p.495)

Caso este indicador seja maior que um, o produto apresenta vantagem comparativa revelada. Caso este indicador seja menor que um, o produto apresenta desvantagem comparativa revelada. Desta forma, a vantagem comparativa revelada de um determinado produto é observada pela importância de suas exportações regionais em relação às suas exportações no país. Este índice é calculado apenas em relação às exportações, já que as

Tabela 2.15 – Grau de Abertura da Região Nordeste – 1990-1996 (%)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	8,88	12,49	11,27	11,04	9,60	9,41	10,27
Piauí	1,20	1,71	2,05	2,72	1,47	1,51	2,18
Ceará	3,16	4,55	5,78	6,47	6,02	5,74	6,28
R. G. Norte	2,48	2,11	2,13	2,37	1,99	1,57	2,50
Paraíba	1,78	2,83	3,29	4,30	3,73	4,07	3,58
Pernambuco	4,45	5,91	5,88	7,47	6,52	7,75	5,85
Alagoas	8,39	9,91	8,69	8,99	6,51	9,66	7,60
Sergipe	2,23	1,70	2,34	2,39	1,13	1,19	4,68
Bahia	9,37	10,03	11,13	10,45	8,97	9,64	9,13
Nordeste	5,97	7,03	7,43	7,74	6,09	7,10	6,84

Fonte: Fontenele & Melo (1998)



Fonte: Fontenele & Melo (1998)

A tabela acima mostra que o Nordeste vem se tornando uma região mais aberta, já que seu grau de abertura passou de 5,97% em 1990 para 6,84% em 1996. Porém ainda assim é uma região muito fechada, tendo um grau de abertura, em 1996, em torno de 50% do grau de abertura do Brasil, que é o país mais fechado do Mercosul. O que mais chama atenção é o estado do Maranhão, que mesmo sendo o segundo em volume de exportações e o quarto em volume de importações, apresenta o maior grau de abertura sendo seguido pela Bahia e por Alagoas.

Entre 1990 e 1996, tanto as exportações como as importações do Nordeste apresentaram crescimento, sendo que as importações cresceram mais que as exportações. Com

isso, o Nordeste vem apresentando queda no saldo da balança comercial chegando a apresentar déficit em 1996.



Tabela 2.16 – Participação das Exportações e Importações do Nordeste no Brasil – 1990/1996

	X_{NE}/X_{BR}	M_{NE}/M_{BR}
1990	9,64	7,22
1991	9,04	7,49
1992	8,48	6,67
1993	7,81	7,69
1994	7,01	7,63
1995	9,12	7,17
1996	8,07	7,78

Fonte: Fontenele & Melo (1998)

Apesar das exportações nordestinas terem crescido, houve uma queda em sua participação nas exportações brasileiras entre 1990 e 1996. Já o crescimento das importações nordestinas fez com que sua participação nas importações do Brasil aumentasse.

Outro ponto importante que se deve destacar é com relação às vantagens comparativas da região. Alguns grupos de produtos não tradicionais do Nordeste, que até meados da década de 80 apresentavam desvantagens comparativas, reverteram esse quadro passando a obter vantagens. É o caso dos produtos químicos, plásticos e borracha e metais comuns. Já alguns grupos tradicionais vêm apresentado quedas sistemáticas nas suas vantagens, como é o caso dos grupos alimento, fumo e bebidas e têxtil.

No próximo capítulo trataremos especificamente do comércio exterior da Região Nordeste com o Mercosul.

Capítulo 3 – O Comércio Exterior entre o Nordeste e o Mercosul

3.1 – Introdução

A região Nordeste mantém relações comerciais, com mais ou menos intensidade, com todos os blocos econômicos. Com a formação do Mercosul, o Nordeste vem ampliando o seu comércio com os demais países do bloco. Desta forma, o presente capítulo tem como objetivo analisar o comércio externo do Nordeste com o Mercosul, dando uma maior ênfase às exportações.

No tópico 3.2 faremos uma análise das exportações e importações do Nordeste para o Mercosul, tanto global, como por estados. Já no tópico 3.3, analisaremos as exportações e importações por grupo de produtos, verificando suas vantagens comparativas. Para finalizar o capítulo apresentaremos algumas conclusões a respeito do mesmo.

3.2 – O Comércio Exterior do Nordeste por Estado

Após permanecer relativamente fechada neste século, principalmente devido ao seu processo de industrialização voltado para o mercado interno, a economia nordestina vem seguindo a tendência da abertura econômica brasileira a partir de 1990, apesar de não estar se abrindo na mesma proporção que a economia brasileira. Como foi visto anteriormente, com a abertura econômica, tanto as exportações como as importações do Nordeste cresceram. Este fato também é verificado com relação às exportações e importações para o Mercosul, sendo que as exportações para o Mercosul cresceram em torno de 400% (bem superior ao crescimento das exportações do nordeste, que cresceram 27%), enquanto que as importações para o Mercosul cresceram cerca de 171% (crescimento próximo ao das importações do Nordeste, que foi de 178%).

Com relação ao destino das exportações do Nordeste, o Mercosul vem se destacando especialmente pela própria consolidação do bloco. Em 1991, as exportações para este bloco representavam apenas 4,90% das exportações totais nordestinas. Já em 1996, as exportações para o Mercosul passaram a representar 12,95% das exportações nordestinas. A tabela a seguir mostra que entre 1991 e 1996 ocorreu um deslocamento das exportações do Nordeste.

Apenas a participação das exportações do Nordeste para os Países Asiáticos e para o Mercosul apresentou crescimento, mesmo assim, para a primeira região, este crescimento foi pequeno. Já a participação para as demais regiões apresentou queda.

Tabela 3.1 – Países de Destino das Exportações do Nordeste (%)

	1991	1992	1993	1994	1995	1996
NAFTA	27,79	27,84	28,87	27,63	27,17	26,44
União Européia	28,94	25,77	23,62	22,44	20,40	22,51
Países Asiáticos	15,70	16,03	19,00	13,46	12,70	16,74
Mercosul	4,90	6,52	7,78	9,16	9,92	12,95
Resto do Mundo	22,66	23,85	20,74	27,30	29,83	21,36
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: Fontenele & Melo (1998, p.10)

O Nordeste exporta para todos os países do Mercosul, porém há uma forte concentração das exportações da região para a Argentina. Em 1996, a Argentina foi responsável por 83,11% das exportações nordestinas, enquanto que o Paraguai foi responsável por 9,14% e o Uruguai por 7,75%. Entre 1991 e 1996 as exportações para a Argentina cresceram cerca de 445%, enquanto para o Paraguai e o Uruguai cresceram 290 e 220%, respectivamente.

Tabela 3.2 – Exportações do Nordeste para os Países do Mercosul (US\$ 1.000 – FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Mercosul
1990	73.475	11.283	11.658	96.416
1991	101.064	21.227	18.128	140.419
1992	161.453	11.819	19.916	193.188
1993	182.528	21.035	24.657	228.220
1994	256.653	26.962	28.703	312.318
1995	349.268	41.365	30.078	420.711
1996	400.730	44.083	37.373	482.186

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

A tabela 3.3 mostra as exportações do Nordeste para o Mercosul por estado. Pela mesma pode-se constatar que entre 1990 e 1996 todos os estados conseguiram aumentar suas exportações para o Mercosul. Porém apenas quatro estados apresentaram um crescimento contínuo de suas exportações: Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco. Já as exportações dos demais estados apresentaram bastante oscilações no período. Destaca-se neste caso o estado de Alagoas que apresentou o maior crescimento nas exportações, porém durante dois anos consecutivos (1992 e 1993) não exportou para o Mercosul.

Tabela 3.3 – Exportações do Nordeste para os Países do Mercosul por Estado (US\$ 1.000 – FOB)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	116	2.957	18.726	27.467	34.530	38.371	50.290
Piauí	467	1.108	422	584	411	1.351	739
Ceará	4.555	9.408	11.698	27.067	30.737	43.220	51.386
R. G. Norte	236	501	2.389	3.432	2.134	2.450	4.592
Paraíba	940	1.992	845	2.775	3.136	7.091	4.223
Pernambuco	7.219	17.426	21.659	25.483	44.592	36.664	40.293
Alagoas	12	3.446	0	0	11.995	617	8.569
Sergipe	1.830	6.104	4.429	4.865	3.753	3.799	13.845
Bahia	81.043	97.477	133.022	136.548	181.030	287.148	308.249
Nordeste	96.417	140.419	193.188	228.220	312.318	420.711	482.186

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Outro ponto importante é com relação à concentração das exportações por estado. Em 1990, apenas três estados (Bahia, Ceará e Pernambuco) eram responsáveis por 96,26% das exportações para o Mercosul. Já em 1996 essas exportações eram concentradas em quatro estados (Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco), com 93,38%.

A Bahia é o estado com maior peso nas exportações nordestinas para o Mercosul representando 63,93% em 1996. Esta concentração das exportações baianas dá-se pelo fato de sua matriz produtiva ser *“basicamente, complementar ao perfil da matriz produtiva dos países do cone sul. Com efeito, o grosso das exportações da Bahia para os países do Mercosul se constitui de produtos manufaturados, de origem petroquímica, de alto valor agregado”* (HIDALGO, 1997, p. 148). Também destacam-se nas exportações baianas produtos da indústria de material plástico, o cacau e seus preparos e o cobre. As exportações do estado do Ceará representavam 10,66% das exportações nordestinas para o Mercosul, sendo concentradas basicamente nos têxteis metalizados. O Maranhão destaca-se por ter conseguido aumentar substancialmente sua participação nas exportações para o Mercosul, passando de 0,12% em 1990 para 10,43% em 1996, tendo os produtos químicos inorgânicos o maior peso. Já Pernambuco representava 8,36% das exportações, concentrando-se principalmente em materiais e aparelhos elétricos, borracha sintética, alumínio e matérias plásticas. Os demais estados representavam apenas 6,63% das exportações da região.

Com relação às importações provenientes do Mercosul, estas apresentaram um crescimento de 171% entre 1990 e 1996. Mesmo apresentando um bom crescimento, sua

participação nas importações totais do Nordeste tiveram uma pequena queda, passando de 16,53% em 1990 para 16,16% em 1996.

Tabela 3.4 – Países de Origem das Importações do Nordeste (%)

	Mercosul	Resto do Mundo	Total
1990	16,53	83,47	100
1991	11,61	88,39	100
1992	11,97	88,03	100
1993	14,81	85,19	100
1994	13,27	86,73	100
1995	13,42	86,58	100
1996	16,16	83,84	100

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

O Nordeste importa produtos de todos os países do Mercosul. Porém pode-se verificar que a Argentina concentra a maior parte das importações, sendo responsável por 89,83%. Já o Paraguai e o Uruguai representavam apenas 10,17% das importações provenientes do Mercosul, com 2,15 e 8,02% respectivamente. Pode-se observar que o único país do Mercosul do qual o Nordeste conseguiu diminuir suas importações foi o Paraguai.

Tabela 3.5 – Importações do Nordeste Provenientes dos Países do Mercosul (US\$ 1.000 – FOB)

	Argentina	Paraguai	Uruguai	Mercosul
1990	192.182	24.698	29.690	246.570
1991	142.179	19.861	21.108	183.570
1992	143.722	6.359	14.276	164.358
1993	269.331	7.043	15.930	292.304
1994	312.325	5.903	17.612	335.840
1995	447.135	3.468	27.464	478.067
1996	602.140	14.405	53.790	670.335

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

A tabela 3.6 mostra as importações provenientes do Mercosul por estado. Constatase que no período de 1990 a 1996, com exceção do Rio Grande do Norte que obteve decréscimo, os demais estados da região apresentaram um crescimento em suas importações. Semelhante ao que ocorre nas exportações para o Mercosul, as importações são bastante concentradas em três estados: Bahia, Ceará e Pernambuco. Em 1990, esses estados concentravam 82,78% das importações, passando para 84,72% em 1996.

Tabela 3.6 – Importações do Nordeste Provenientes dos Países do Mercosul por Estado (US\$ 1.000 – FOB)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
Maranhão	5.769	3.868	6.198	8.082	7.480	9.746	17.683
Piauí	495	3.698	3.266	2.563	4.684	169	3.664
Ceará	25.734	22.544	25.597	61.129	88.299	142.043	184.022
R. G. Norte	7.092	897	6.213	3.295	6.682	1.629	4.271
Paraíba	3.971	16.750	16.835	34.339	34.433	21.933	17.863
Pernambuco	79.734	70.772	68.204	116.140	115.475	178.731	170.172
Alagoas	21.345	11.380	5.985	15.350	20.762	27.631	24.272
Sergipe	3.797	831	2.744	6.497	14.489	5.824	34.654
Bahia	98.633	52.407	29.306	44.908	43.536	90.361	213.729
Nordeste	246.570	183.148	164.358	292.304	335.840	478.067	670.335

Fonte: Boletim Conjuntural, SUDENE, 1997

Apesar das exportações terem crescido mais que as importações, a balança comercial do Nordeste com o Mercosul apresentou um déficit em torno de US\$ 188 milhões em 1996. Na realidade, no período entre 1990 e 1996, com exceção do ano de 1992 que obteve um superávit de US\$ 28,8 milhões, a balança comercial da região com o Mercosul apresentou déficit, enquanto a balança comercial do Nordeste, neste mesmo período, somente apresentou déficit no ano de 1996.

3.3 – O Comércio Exterior do Nordeste por Grupos de Produtos

A tabela 3.7 mostra as exportações para o Mercosul por grupos de produtos para o ano de 1995. Pode-se verificar que neste ano todos os grupos de produtos participaram da pauta de exportação para os países do Mercosul.

As exportações por grupo de produtos, assim como as exportações por estado e para países de destino, apresentam-se bastante concentradas. Apenas cinco grupos de produtos são responsáveis por 88,35% da pauta de exportação, sendo eles: produtos químicos (40,88%), plásticos e borracha (16,51%), têxtil (11,13%), alimentos, fumo e bebidas (10,67%) e metais comuns (9,16%).

Tabela 3.7 – Exportações Para o Mercosul Segundo Grupos de Produtos (%)

	1995
Alimentos, Fumo e Bebidas	10,67
Minerais	1,11
Produtos Químicos	40,88
Plásticos e Borracha	16,51
Calçados e Couro	1,03
Madeira e Carvão Vegetal	0,01
Papel e Celulose	0,64
Têxtil	11,13
Minerais não Metálicos	2,57
Metais Comuns	9,16
Máquinas e Equipamentos	5,58
Material de Transporte	0,05
Ótica e Instrumentos	0,38
Outros	0,28
Total	100

Fonte: Hidalgo (1997, p.158)

O bom desempenho das exportações do grupo de produtos químicos está relacionado com as exportações dos produtos petroquímicos da Bahia, assim como dos produtos químicos inorgânicos do Maranhão e de Alagoas. Já o setor têxtil, que é tradicional na região, apresenta a 3ª colocação na pauta de exportação do Nordeste, destacando os têxteis metalizados do Ceará, de Sergipe e do Rio Grande do Norte e vestuário de Pernambuco e Paraíba. Já o grupo de metais comuns se destaca pela exportação de cobre da Bahia e principalmente do alumínio do Maranhão e de Pernambuco.

O ponto mais importante com relação às exportações é saber se o Nordeste está exportando aqueles produtos em que possui vantagens comparativas. Para isto utilizaremos o indicador de Vantagem Comparativa de Balassa.

Os grupos de produtos em que o Nordeste possui vantagens comparativas reveladas são responsáveis por 91,56% das exportações para o Mercosul. O grupo de produtos químicos é o que possui a maior vantagem comparativa revelada e é responsável por 40,88% das exportações. Vale destacar dois grupos, papel e celulose e minerais não metálicos, que apesar de possuírem vantagens comparativas reveladas, a soma de suas participações nas exportações para o Mercosul é de apenas 3,21%, ficando atrás da participação do grupo máquinas e equipamentos (5,58%), que apresenta desvantagens comparativas reveladas.

Já as importações do Nordeste provenientes do Mercosul são bem mais concentradas que as exportações. Os produtos primários dos reinos “animais e vegetais” (GALVÃO, 1997) são os responsáveis por esta concentração. Os grupos alimentos, fumo e bebidas e minerais concentram 89,85% das importações para o Nordeste.

Tabela 3.8 – Importações Provenientes do Mercosul Segundo Grupos de Produtos (%)

	1995
Alimentos, Fumo e Bebidas	77,78
Minerais	12,07
Produtos Químicos	1,65
Plásticos e Borracha	0,64
Calçados e Couro	0,02
Madeira e Carvão Vegetal	0,00
Papel e Celulose	0,04
Têxtil	6,02
Minerais não Metálicos	0,04
Metais Comuns	0,50
Máquinas e Equipamentos	1,02
Material de Transporte	0,02
Ótica e Instrumentos	0,04
Outros	0,16
Total	100

Fonte: Galvão (1997, p. 77-79)

Apesar de possuir vantagens comparativas reveladas, o grupo alimentos, fumo e bebidas é responsável por 77,78% das importações do Mercosul. Este fato ocorre principalmente por causa da importação de cereais (trigo, milho, cevada e arroz).

Os grupos de produtos em que o Nordeste apresenta desvantagens comparativas reveladas são responsáveis por apenas 13,33% das importações. Destacam-se aqui dois grupos, minerais e madeira e carvão vegetal. O primeiro destaca-se pelo fato de possuir a maior participação nas importações (12,07%) entre os grupos que possuem desvantagens comparativas. Já o segundo, pelo fato não importar nenhum item deste grupo.



3.4 – Notas Conclusivas

Com a criação do Mercosul, ampliaram-se as relações comerciais do Nordeste com os países deste bloco. Tanto as exportações como as importações do Nordeste apresentaram um bom desempenho, tendo crescimento superior às exportações e importações do Brasil para os outros países do Mercosul.

O que mais chama atenção é que tanto as exportações como as importações são concentradas a nível de estados, de países e de grupos de produtos. Com relação aos estados, a Bahia, o Ceará e Pernambuco são os principais parceiros econômicos dos países do Mercosul na região Nordeste. Já o maior parceiro comercial do Nordeste no Mercosul é a Argentina. Em relação aos grupos de produtos, o grande volume de exportações para o Mercosul concentra-se naqueles grupos em que o Nordeste possui vantagens comparativas reveladas, nada além do esperado. Porém, as importações estão concentradas no grupo de alimentos, fumo e bebidas que possui vantagens comparativas reveladas, enquanto em princípio, poderia se esperar o contrário. Lembramos, no entanto, que não significa que se trate dos mesmos produtos dentro do grupo.

A tendência natural é que a relação comercial entre o Nordeste e o Mercosul se amplie cada vez mais. É necessário, no entanto, que as relações comerciais entre as duas regiões deixem de ser tão concentradas em alguns produtos e estados. Precisa-se incentivar as exportações, principalmente dos produtos em que se tem vantagens comparativas e desestimular as importações, de maneira a começar a obter superávites na balança comercial com o Mercosul.

Conclusão

Entre a década de 50 e meados da década de 70, os países da América Latina mantiveram suas economias fechadas para fomentarem seus processos de industrialização. Para tanto utilizaram o modelo de industrialização por substituição de importações, sendo este um dos fatores que contribuíram para que o processo de integração regional no continente fracassasse, neste período.

Porém o esgotamento deste modelo aliado com a necessidade do setor industrial em conquistar novos mercados, de forma a compensar a retração da demanda interna dos países, fez com que os países latino americanos iniciassem seus processos de abertura econômica. Para isso adotaram políticas de liberalização comercial baseadas em políticas econômicas neoliberais.

É neste contexto de inserção no mercado internacional que a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, unem-se e formam o Mercosul, para fortalecerem a competitividade neste mundo globalizado. Contudo, a simples formação do bloco econômico não soluciona todos os problemas destes países. Com a formação do Mercosul, outros problemas precisam ser superados. É o caso dos contrastes entre os países integrantes do bloco.

Existe uma disparidade econômica na região muito forte. A Argentina e o Brasil são os países que possuem as economias mais fortes na região detendo em torno de 97% do PIB do Mercosul, enquanto que o Paraguai e o Uruguai são os países que possuem as economias mais fracas da região, detendo em torno de apenas 3% do PIB do Mercosul. Além das disparidades econômicas, existem também as disparidades sociais entre os países, já que alguns países (Brasil e Paraguai) apresentam os piores indicadores sociais da região.

O Brasil apresenta alguns problemas que precisam ser solucionados imediatamente. Primeiro, apesar de ser a economia mais forte do bloco, apresenta um dos piores indicadores sociais. Desta forma, para podermos melhorar nossa competitividade, tanto dentro como fora do Mercosul, precisamos melhorar nossos indicadores sociais, principalmente em relação à educação e à saúde. Segundo, o Brasil é a economia mais fechada do Mercosul, mesmo

participando de um processo de abertura econômica. Precisa-se que o Brasil abra mais a sua economia, pelo menos no mesmo nível dos demais países do Mercosul.

Além das disparidades sócio-econômicas entre os países do Mercosul, existem também as disparidades entre as regiões dentro de cada país. Este trabalho buscou mostrar a região Nordeste do Brasil, sua situação dentro do bloco e sua relação com os outros países do Mercosul. Sobre o Nordeste, pode-se concluir que, assim como o Brasil, esta região permaneceu relativamente fechada nas últimas décadas. Foi no período em que sua economia permaneceu fechada que ocorreu o processo de industrialização da região, impulsionado principalmente pelos investimentos públicos. É neste momento em que ocorre a implantação do pólo petroquímico de Camaçari, do pólo têxtil de Fortaleza, do complexo minero-metalúrgico do Maranhão, entre outros, fazendo com que ocorresse um redirecionamento da indústria nordestina, passando de uma indústria tradicional (indústria de bens de consumo não-duráveis) para uma indústria de bens intermediários. Com o redirecionamento industrial alguns setores passaram a ter vantagens comparativas, como é o caso dos produtos químicos, plásticos e borracha e metais comuns.

Quando o Brasil inicia o seu processo de abertura econômica, o Nordeste também passa a abrir a sua economia, apesar de se dar em uma velocidade diferente da abertura da economia brasileira. Ocorre uma intensificação tanto das exportações como das importações do Nordeste com o resto do mundo. Porém com a formação do Mercosul, ocorre uma ampliação das relações comerciais entre a região Nordeste e os demais países deste bloco, em detrimento das demais regiões do mundo.

Mesmo com a ampliação das relações comerciais entre o Nordeste e o Mercosul, ocorreu uma grande concentração de produtos e estados tanto nas exportações como nas importações. As exportações são concentradas em quatro estados, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco. Isto ocorreu principalmente pelo próprio processo de industrialização da região que favoreceu a esses estados, como nos referimos anteriormente. Um pouco semelhante ao que ocorreu com as exportações, as importações são concentradas na Bahia, Ceará e Pernambuco. O país do Mercosul com o qual o Nordeste concentra seu comércio é a Argentina, já que este país possui uma das economias mais fortes do bloco.

Mas o mais importante a ser destacado é a concentração das exportações e das importações naqueles grupos de produtos em que o Nordeste possui vantagens comparativas. Com relação às importações, estas são concentradas no grupo alimentos, bebidas e fumo, pois o maior peso neste grupo de produtos são os cereais, produtos em que o próprio Brasil apresenta deficiência em sua produção.

Já com relação às exportações, estas são concentradas em cinco grupos, dentre estes, três (produtos químicos, plásticos e borracha e metais comuns) só vieram ter vantagens comparativas a partir da década de 80, sendo o processo de industrialização o maior responsável por esta inversão nas vantagens comparativas.

Portanto é importante melhorar, ainda mais, as relações comerciais do Nordeste com o Mercosul, observando cuidadosamente as vantagens comparativas dos produtos/setores do Nordeste. Contudo, torna-se necessário que tanto o setor privado como o setor público invistam na produção de produtos com vantagens comparativas, para melhorar essas relações comerciais. É desta maneira que a região Nordeste se beneficiará com a formação do Mercosul.

No início deste trabalho, questionamos se todas as regiões dos países que formam um bloco econômico estão realmente integradas ao mesmo. No nosso caso especificamente, saber se o Nordeste realmente está integrado ao Mercosul. Pelo que foi exposto, podemos dizer que o Nordeste está integrado ao Mercosul, pois vem ocorrendo uma ampliação das relações comerciais entre o Nordeste e o Mercosul, desde a criação do bloco econômico. Porém há de se observar que esta integração ainda é pequena, sendo necessário que se intensifique cada vez mais o comércio entre o Nordeste e o Mercosul.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, M. C. de. **A Questão Regional: O Caso do Nordeste Brasileiro**. In: MARANHÃO, S. (Org.). *A Questão Nordeste: Estudos Sobre a Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- AVERBUG, A. **Mercosul: Conjuntura e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Revista do BNDES, v.5 nº 10, p. 135-150, Dezembro, 1998.
- BACELAR, T. de A. **Nordeste, Nordestes: Que Nordestes?**. In: AFFONSO, R. de B. A., SILVA, P. L. B. *Federalismo no Brasil – Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Editora ULVESP, 1995.
- BAER, W. & MALONEY, W. **Neoliberalismo e Distribuição de Renda na América Latina**. *Revista de Economia Política*, v. 17, nº 3 (67), Julho-Setembro, 1997.
- BALASSA, B. **Trade Liberalization and Revealed and Comparative Advantage**. *The Manchester School of Economics and Social Studies*, nº 33, 1965.
- BANCO MUNDIAL. www.worldbank.org
- BAUMANN, R. **Uma Visão Econômica da Globalização**. In: BAUMANN, R. (Org.). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- BENAVENTE, J. M., CRESPI, G., KATZ, J, & STUMPOG. **Nuevos Problemas y Oportunidades para el Desarrollo Industrial de América Latina**. Santiago do Chile: CEPAL, mimeo nº 31, 1997.
- CANUTO, O. **Abertura Comercial, Estrutura Produtiva e Crescimento Econômico na América Latina**. *Revista do Instituto de Economia da UNICAMP. Economia e Sociedade*, nº 3, p. 43-64, Dezembro, 1994.

- COUTINHO, L.G. **A Fragilidade do Brasil em Face da Globalização**. In: BAUMANN, R. (Org.). O Brasil e a Economia Global. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.
- FLORENCIO, S. A. e L. & ARAÚJO, E. H. F. **Mercosul Hoje**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.
- FONTENELE, A. M. & MELO, M. C. P. de. **Efeitos da Abertura Comercial sobre o Setor Externo da Região Nordeste do Brasil: Especialização e Vantagem Comparativa Revelada**. Anais da I Jornada Nacional de Economia Política. Vitória. Sociedade Brasileira de Economia Política, 1998.
- FONTENELE, A. M., MELO, M. C. P. de & ROSA, A. L. T. da. **Setores Exportadores da Região Nordeste: Uma Análise sob a Ótica da Competitividade Revelada**. In: Encontro Nacional de Economia XXVI, Vitória, 1998, Anais... Vitória: ANPEC, 1998, v. 2, p. 1021-1040.
- FREITAS, D. G. F. **O Mercosul como Propósito de Integração Regional Frente aos Movimentos Liberais**. Monografia – Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1997.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1991.
- GALVÃO, O. J. de A. **Tendências Recentes do Comércio Internacional: Impactos Sobre o Brasil e a Região Nordeste**. In: Comércio Internacional e Mercosul: Impactos Sobre o Nordeste Brasileiro. Fortaleza: Banco do Nordeste: ETENE, 1997.
- HIDALGO, A. B. **Especialização e Competitividade do Nordeste no Mercado Internacional**. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 29, nº especial, p. 491-515, Julho, 1998.

- HIDALGO, A. B. **O Comércio Exterior da Região Nordeste do Brasil: A Questão das Vantagens Comparativas**. In: Encontro Nacional de Economia XXVI, Vitória, 1998, Anais... Vitória: ANPEC, 1998, v. 3, p. 1807-1816.
- HIDALGO, A. B. & VERGOLINO, J. R. O. **Exportações do Nordeste Brasileiro para os Blocos Econômicos**. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza, v. 28, nº 2, p. 143-161, Abril/Junho, 1997.
- LAFAY, G. **La Mesure des Avantage Comparatifs Révelés**. Economie Prospective Internationale, nº41, 1990.
- MEDEIROS, C. A. **Globalização e a Inserção Internacional diferenciada da Ásia e da América Latina**. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Org.). Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano de 1998**. www.undp.org
- QUEIROZ, M. A. de . **A Integração Regional e as Perspectivas da Indústria Brasileira: O Mercosul**. Monografia - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará, 1996.
- SIMONSEN ASSOCIADOS, **Mercosul de Fato! Fatores de Competitividade para o Sucesso Empresarial em um Novo e Forte Mercado Emergente**. São Paulo: Makron Books, 1998.
- SINGER, P. **Um Histórico da Globalização**. In: I Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo: PUC, 1997.
- SUDENE. **Boletim Conjuntural Nordeste do Brasil**. Recife, Nov. 1997.

THORSTENSEN, V. et. al. **O Brasil Frente ao Mundo Dividido em Blocos**. São Paulo:
Nobel: Instituto Sul-Norte de Política e Relações Internacionais, 1994.